



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 043 Exercício de: 2014

ASSUNTO: Processo CM nº 043 de 2014. Dispõe sobre a
avaliação das Metas Fiscais da Prefeitura
Municipal de Jaguariúna, referente ao 1º Qua-
drimestre de 2014

Nome: Com. Perm. de Orçamento, Fin. e Contabilidade

AUTUAÇÃO



Aos 05 dias do mês maio de 20 14, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria de Administração e Finanças



Jaguariúna, 05 de Maio de 2017.


A Sua Excelência Senhor
Presidente Romilson Nascimento Silva
Câmara dos Vereadores - Jaguariúna - SP

Assunto: **Audiência Metas Fiscais - 1º Quadrimestre/2017**

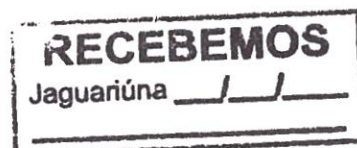
Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência de Metas Fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2017.

Atenciosamente,


Cristina Ap. Rossi Serra
Secretária de Administração
e Finanças

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	<u>609</u>
Fla Nº	<u>013</u>
Livro Nº	<u>035</u>
<u>05/05/2017</u>	<u>Romilson</u>
SECRETARIA	





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



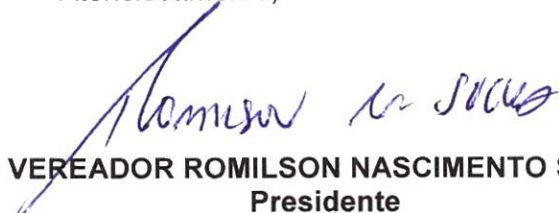
Jaguariúna, 5 de maio de 2017

Ofício nº 270/2017 -PRE

Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta da Secretária de Administração e Finanças, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre/2017**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Ao Senhor
Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.



PROTÓCOLO
Nº da Ordem 630
Fla Nº 015 LIVRO Nº 035
30/05/2017
SECRETARIA

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade



Atenciosamente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariuna - 1º Quadrimestre de 2017, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **25 de maio corrente (quinta-feira)**, às **18h00**, nesta **Casa de Leis**.

Senhor Presidente,

Ao Senhor
Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente da Câmara Municipal
Nesta

Jaguariuna, 9 de maio de 2017

**Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade**

Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Jaguariuna





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/1017.- **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017.**

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2017, a ocorrer no dia **25 de maio de 2017 (quinta-feira)**, às **18h00**, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de maio de 2017


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 10 de maio de 2017

À Senhora
Cristina Aparecida Rossi Serra
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhora

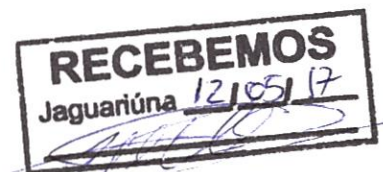
Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 25 de maio de 2017, quinta-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1ª Quadrimestre de 2017**.

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

12 de Maio de 2017



12 de Maio de 2017

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2017, quinta-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258
(Autoria: Vereador David Hilário Neto – PTB)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão Jaguariunense", ao Sr. Marcos Viotto.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.
FAÇA SABER que a Câmara Municipal

18h00, na Sala das Sessões Municipal para:

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre Prefeitura Municipal de Jaguariúna

Fica encarregada de assumir referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixa-se nesta data, no quadro de avisos da Câmara Municipal, e publicará no Diário Oficial do Município.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS VENTURINI
Diretora Geral

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2015

Nos termos do parágrafo único da Lei Nacional nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e demais leis atualizadoras.

CONTRATO Nº: 009/2015.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

PODER EXECUTIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

42	100	PÇ	CAP SOLDAVEL (40 mm)	R\$ 1,73	R\$ 173,00
44	100	PÇ	COTOVELO ESGOTO 45º 40MM	R\$ 0,77	R\$ 77,00
47	150	PÇ	COTOVELO 90º PVC BRANCO ROSCA 1/2	R\$ 0,89	R\$ 133,50
50	250	PÇ	COTOVELO AZUL 3/4 X 25	R\$ 2,82	R\$ 705,00
53	90	PÇ	COTOVELO ESGOTO 45º 150MM	R\$ 23,65	R\$ 2.128,50
54	90	PÇ	COTOVELO ESGOTO 45º 50MM	R\$ 1,40	R\$ 126,00
55	90	PÇ	COTOVELO ESGOTO 45º 75MM	R\$ 3,38	R\$ 304,20
56	90	PÇ	COTOVELO ESGOTO 90º 100MM	R\$ 2,73	R\$ 245,70
58	90	PÇ	COTOVELO ESGOTO 90º 50MM	R\$ 1,00	R\$ 90,00
59	90	PÇ	COTOVELO ESGOTO 90º 250MM	R\$ 2,34	R\$ 210,60

SECRETARIA DE GABINETE
 MARIA EMÍLIA PECANHA DE OLIVEIRA SILVA - Secretária
 MARIA EMÍLIA PECANHA DE OLIVEIRA SILVA - Secretária
 ALINE FERNANDA ARUDA LEITE - Pregoeira
 SECRETARIA DE GABINETE, 11 de maio de 2017.
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017.
 CONTRATO Nº 039/2017.
 CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Jaguariúna
 CONTRATADA: Mercedes Benz do Brasil Ltda.
 OBJETO: Aquisição de 01 (um) ônibus rural escolar, proveniente do Termo de compromisso nº 201600783 do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), A.R.P. 14/2016 do Pregão Eletrônico nº 42/2015.
 PRAZO DO OBJETO: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Contrato.
 VALOR TOTAL: R\$ 230.210,00 (duzentos e trinta mil, duzentos e dez reais).
 SECRETARIA DE GABINETE, 05 de abril de 2017.
 MARIA EMÍLIA PECANHA DE OLIVEIRA SILVA

143	150	PÇ	REPARO PARA VALVULA HIDRA 2550	R\$ 26,22	R\$ 3.933,00
144	200	PÇ	RESISTENC IA	R\$ 21,00	R\$ 4.200,00

380	1" (32MM)	PÇ	LUVA SOLDAVEL	R\$ 0,82	R\$ 311,60
380	1" (32MM)	PÇ	LUVA SOLDAVEL	R\$ 0,20	R\$ 76,00
150	50MM (1)	PÇ	LUVA SOLDAVEL	R\$ 1,62	R\$ 243,00



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



12 de Maio de 2017



IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2017, quinta-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258
(Autoria: Vereador David Hilário Neto – PTB)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão Jaguariunense", ao Sr. Marcos Viotto.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Senhor Marcos Viotto o título de "Cidadão Jaguariunense".

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue ao estimado Senhor Marcos Viotto em Sessão Solene ou em data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de maio de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/1017 - DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 - Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2017, a ocorrer no dia 25 de maio de 2017 (quinta-feira), às

18h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de maio de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

EXTRATO DE CONTRATO 2º ADITAMENTO

Nos termos do parágrafo único do artigo 61, da Lei Nacional nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e demais leis atualizadoras.

CONTRATO Nº: 009/2015.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Contratada: VEGAS CARD DO BRASIL
CARTÕES DE CRÉDITO LTDA-EPP.

Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento, implementação, administração, fiscalização, emissão, fornecimento e manutenção de cartões de vale-alimentação e vale-refeição, através de cartões magnéticos com tecnologia on-line.

Vigência: Este Contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a partir do dia 28 de abril de 2017.

Valor: Valor global do contrato é de R\$ 279.022,96 (duzentos e setenta e nove mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos).

Licitação: Licitação nº 001/2015 - Modalidade Pregão - tipo Menor Preço Global.

Autorização: Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Romilson Nascimento Silva.

Jaguariúna, 28 de abril de 2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Vereador / Presidente

Pauta dos Trabalhos da 11ª Sessão Ordinária, de 09/05/2017

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a empresa contratada que realiza análise nas águas da mina do "Fontanela",

quantas vezes por ano ou, a cada quanto tempo é realizada essa análise e como é divulgado o resultado de tal análise à população;

2. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SII solicitando ao Executivo Municipal informar sobre a existência de estudos para a mudança na direção de trânsito na Av. Francisco Sale Pires, em frente à E.M. "Prof. Mário Bergamco" e em seu entorno, conforme solicitado na Indicação nº 051/2017, de sua autoria;

3. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SII solicitando ao Executivo Municipal informações que especifica a respeito dos valores pagos para bolsas de estagiários do CIEE que atua na Prefeitura Municipal (elaboração de projeto para corrigir e atualizar os valores mensais, prazo para a lei entrar na Casa);

4. Do Sr. Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal informar porque não foram feitos reparos e averiguações do afundamento na calçada em frente ao número 398, na Rua Amoreira, no bairro Roseira de Cima.

5. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Supermercado Spasso Sabor providências quanto a melhor organização e restos de alimentos e lixo que ficam na Rua atrás do Supermercado, na Rua José Theodoro de Lima, no Cruzeiro do Sul (com cópia para o Executivo Municipal);

6. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal informar sobre lista atualizada dos credores que fornecem produtos e serviços à Municipalidade; quais critérios adotados pela Administração para pagamento desses credores.

Indicações:

1. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na Vila Miguel Martini Rua Vígatto, altura dos números 110, 220 e 252;

2. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na Vila Miguel Martini Rua Setim, em toda sua extensão;

3. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal manutenção dos brinquedos, troca dos decks de madeira e troca de lâmpadas no Parque José Pires Junior;

4. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Rua Nair Peternella Brancalhoni, altura do nº 96, na Vila Jorge Zamboni;

5. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal pintura de grades da ponte de cimento denominada "Orlando Santiago - Landinho", que liga os bairros Nova Jaguariúna, I, II e III, entre outros, ao centro da cidade e vice-versa;

6. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal comunicação à população, com antecedência, toda a



Ao Senhor Vereador
Afonso Lopes da Silva
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alfredo Chiavegato Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Ângelo Roberto Torres
Nesta

À Senhora Vereadora
Cássia Murer Montagner
Nesta

Ao Senhor Vereador
Cristiano José Cecon
Nesta

Ao Senhor Vereador
David Hilário Neto
Nesta

À Senhora Vereadora
Inalda Lúcio B. Santana
Nesta

Ao Senhor Vereador
José Muniz
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Carlos de Campos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Rodrigo da Silva Blanco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Romilson Nascimento Silva
Nesta

À Senhora Vereadora
Taís Camellini Esteves
Nesta

Ao Senhor Vereador
Walter Luís Tozzi de Camargo
Nesta

À Senhora
Andréa Dias Lizun Bergamasco
Secretária de Gestão Social e Cidadania
Nesta

À Senhora
Maria das Graças Hansen Albaran Santos
Secretária de Turismo e Cultura
Nesta

À
Secretaria de Segurança Pública
Nesta

À
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e
Social
Nesta

À Senhora
Cristina Pinto Catão B. Hosikawa
Secretária de Educação
Nesta

À Senhora
Cristina Ap. Rossi Serra
Secretária de Governo e Finanças
Nesta

Ao
Departamento de Comunicação
Nesta

À
Secretaria de Gestão Ambiental
Nesta

Ao Senhor
Valdir Parisi
Secretário de Governo
Nesta

Ao Senhor
Rafael da Silva Blanco
Secretário de Esportes e Lazer
Nesta



Ao Senhor
Fabiano Augusto Rodrigues Urbano
Secretário de Negócios Jurídicos
Nesta

À
Secretaria de Obras e Serviços
Nesta

À
Secretaria de Planejamento e Habitação
Nesta

À Senhora
Maria Emilia Peçanha de Oliveira Silva
Secretária de Gabinete
Nesta

À Senhora
Maria do Carmo de Oliveira Pelisão
Secretária de Saúde
Nesta

À Senhora
Flora Maria Bernardes Reis
Presidente do Fundo Social de Solidariedade
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Educação
R: XV de Novembro, 563 – Santa Cruz
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao
Conselho Municipal de Segurança
Rua Peru, 141, Bairro Nova Jaguari
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao
Cons.Mun. de Defesa do Meio Ambiente -
Nesta

Ao
Conselho Mun.Dir.Criança e do Adolescente
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Saúde
Nesta

Ao
Conselho Tutelar de Jaguariúna
Nesta

Ao Senhor
Tomaz de Aquino Pires
Coordenador da Casa da Memória
Padre Antonio Joaquim Gomes
Nesta

Ao Senhor
1º Ten.PM Luis Gustavo Ap. Tuckumantel
Comandante do 1º PEL/PM
Nesta

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Nesta

À
Rádio FM Estrela
Av. Marginal, 600 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

À Senhora
Zaira Palermo Bodini
Representante do Centro de Prof. Paulista
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.

Ao Senhor
Wilson Melilo
Presidente do Centro Equoterapia de
Jaguariúna
Cx Postal 62
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Edmir Bonfim
Dir. Presidente da Associação Carisma de
Educação, Cultura, Recuperação e
Integração Social Jaguariúna
Rua F – Quadra G – Lote 1 – Chácara Sto.
Antonio
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Carlos Gomes Pires
Pres.Grupo Escoteiro Jaguar
Rua: João Pires Germano, 121- Jardim Alice
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Associação Amigos do Padre Gomes
Rua Cel. Amâncio Bueno, 473- Centro
13820-000 Jaguariúna SP.



Ao Senhor
Dr. Marcelo Grandinetti Adelino
Delegado Titular de Jaguaruá
Nesta

À Senhora
Dra. Renata Stela Quirino Malachias
Dir. Pres. Associação Santa Maria de Saúde-
ASAMAS -Hospital "Walter Ferrari"
13820-000 Jaguaruá SP.

Ao Senhor
Dr. Carlos Alberto S. Muraro
Superintendente Técnico da Associação
Santa Maria de Saúde - ASAMAS –
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguaruá SP.

Ao Senhor
Manoel Alberto Barreiros Azevedo
Superintendente Admin. e Financeiro da
Associação Santa Maria de Saúde- ASAMAS
13820-000 Jaguaruá SP.

Ao
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
13820000- Jaguaruá SP

Ao
Senhor Elias de Oliveira
Presidente do Clube dos Desbravadores
"Falcão da Colina"
R: Lanzoni, 168- Nassif
13820-000 Jaguaruá SP.

À
Pastoral da Criança
R: Pires, 136- Nassif
13820-000 Jaguaruá SP.

À
Comunidade Italiana de Jaguaruá
R: Maranhão, 104- São João
13820000- Jaguaruá

Ao
Presidente Associação Trilhos do Jequitibá
R: Candido Bueno, 1.299 sala 13 – centro
13820-000 Jaguaruá SP.

À
APAE - Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguaruá SP.

Ao Senhor
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid
Diretor das Estâncias Metrópolis Turismo e
Viação Ltda e da Expresso Metrópolis e
Viagens Ltda
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião
13.820-000 - Jaguaruá – S.P.

À
Associação de Engenheiros, Arquitetos e
Agrônomos de Jaguaruá – AEAAJ.
13820-000 Jaguaruá SP.

À Senhora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Vice Prefeita
Nesta

À Senhora
Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguaruá
R: Joaquim Bueno, 1273 – Centro
Nesta

AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017



deise ramos fernandes <deiserfernandes@hotmail.com>

Ter 16/05/2017 07:01

Para: integradadm@gmail.com <integradadm@gmail.com>; pjjaguariuna@mp.sp.gov.br <pjjaguariuna@mp.sp.gov.br>; flaviatravaglini@mp.sp.gov.br <flaviatravaglini@mp.sp.gov.br>; silvia@gazetaregional.com.br <silvia@gazetaregional.com.br>; lucy@gazetaregional.com.br <lucy@gazetaregional.com.br>; katiac@gazetaregional.com.br <katiac@gazetaregional.com.br>; flavia@gazetaregional.com.br <flavia@gazetaregional.com.br>; novasertanejafm@uol.com.br <novasertanejafm@uol.com.br>; diretorfaj1@faj.br <diretorfaj1@faj.br>; diretorfaj2@faj.br <diretorfaj2@faj.br>; secretaria513@sp.senai.br <secretaria513@sp.senai.br>; jlsouza987@gmail.com <jlsouza987@gmail.com>; apaejaguariuna@uol.com.br <apaejaguariuna@uol.com.br>; anagottardo@yahoo.com.br <anagottardo@yahoo.com.br>; projetolarfeliz123@hotmail.com <projetolarfeliz123@hotmail.com>; atendimento@acjaguariuna.com.br <atendimento@acjaguariuna.com.br>; cafsouza1408@gmail.com <cafsouza1408@gmail.com>; sas@jaguariuna.sp.gov.br <sas@jaguariuna.sp.gov.br>; fernando.setuc@jaguariuna.sp.gov.br <fernando.setuc@jaguariuna.sp.gov.br>; defesasocial@jaguariuna.sp.gov.br <defesasocial@jaguariuna.sp.gov.br>; rodrigo.chiavegato@jaguariuna.sp.gov.br <rodrigo.chiavegato@jaguariuna.sp.gov.br>; seduc@jaguariuna.sp.gov.br <seduc@jaguariuna.sp.gov.br>; inaiana.vicentin@jaguariuna.sp.gov.br <inaiana.vicentin@jaguariuna.sp.gov.br>; rafaela@jaguariuna.sp.gov.br <rafaela@jaguariuna.sp.gov.br>; durlacher@jaguariuna.sp.gov.br <durlacher@jaguariuna.sp.gov.br>; lebraosantos@gmail.com <lebraosantos@gmail.com>; obras@jaguariuna.sp.gov.br <obras@jaguariuna.sp.gov.br>; flavio@jaguariuna.sp.gov.br <flavio@jaguariuna.sp.gov.br>; tania.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br <tania.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br>; gisele.vida@jaguariuna.sp.gov.br <gisele.vida@jaguariuna.sp.gov.br>; sms.adm@jaguariuna.sp.gov.br <sms.adm@jaguariuna.sp.gov.br>; portaldosbrindes@hotmail.com <portaldosbrindes@hotmail.com>; recepcao@jornaldejaguariuna.net <recepcao@jornaldejaguariuna.net>; coordenacao.administrativa@ajja.org.br <coordenacao.administrativa@ajja.org.br>; juridico@jaguariuna.sp.gov.br <juridico@jaguariuna.sp.gov.br>; patricia.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br <patricia.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br>; camilo@gazetaregional.com.br <camilo@gazetaregional.com.br>;

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2017, quinta-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

**Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade**

DEISE RAMOS FERNANDES
CONTROLADORA DE EXPEDIENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA
38474328



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **25 de maio de 2017**, **quinta-feira**, às **18h00**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2017


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



20 de Maio de 2017

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2017, quinta-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/1017.-
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2017, a ocorrer no dia 25 de maio de 2017 (quinta-feira), às 18h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de maio de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local

Executivo a celebrar convênio com o Instituto Educacional Jaguary – IEJ, afim de dar continuidade ao Programa Municipal Universidade para Todos, e dá outras providências

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

FAÇO SABER que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 47 "caput" da Lei Orgânica do Município, a seguinte lei:

Art. 1º. Fica acrescentado o § 4º, no artigo 2º, da Lei nº 2.332, de 02 de dezembro de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 2º
§ 4º. As bolsas não preenchidas com base nos parágrafos anteriores deste artigo, poderão ser redistribuídas proporcionalmente para os outros cursos que já tenham as bolsas completadas, até atingir a totalidade de bolsas autorizada nesta lei."

Art. 2º. Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de maio de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 12ª Sessão Ordinária, de 16/05/2017

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando ao Executivo Municipal informar se a Secretaria de Obras e de Meio Ambiente programaram a poda de árvores, limpeza e troca de lâmpadas nos postes da Praça Cyrillo Fontanella, bem como a pintura da fonte lá existente, conforme Indicação nº 033/2017 de

Indicações:

1. Do Sr. Luiz Carlos de Ca solicitando ao Executivo Municipal viabilidade de substituir o "guard-ra Estrada Municipal JGR-354 – Alber Júnior, localizado na curva antes de Rio Camanducaia, sentido Condorr Marias à Rod. SP- 340, por parede de concreto acompanhando o cont curva;

2. Do Sr. Luiz Carlos de Ca solicitando ao Executivo Municipal | seja dado acabamento nos "guard-ra Avenida Antonio Pinto Catão, locali: altura dos Bairros João Aldo Nassif Miguel Martini, conforme são feitos rodovias, com seu início sob o solo;

3. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal para que seja c um ponto de ônibus na Rua Alexan 270, no Bairro Boa Vista;

4. Do Sr. Afonso Lopes da S solicitando ao Executivo Municipal e ção e reorganização de todo o Cent Educação Municipal Ambiental "Dr. Machado de Souza" – CEMA, com c matos, retirada de galhos, limpeza c tomada por vegetação, entre outras cias;

5. Da Sra. Tais Camellini Est da Água solicitando ao Executivo Mi contratação de mais um clínico gera Posto da Vila Miguel Martini;

6. Da Sra. Tais Camellini Est da Água solicitando ao Executivo Mi para que seja colocada uma placa n da Avenida Luciano Vlademir Poltron para Campinas, próximo a Agrogera o sentido para a cidade de Campina Paulo;

7. Da Sra. Tais Camellini Est da Água solicitando ao Executivo Mi feitura de uma lombada, de acordo c normas de trânsito, na Rua Laura Fr. Poltronieri, nas proximidades do nº 3 Bairro Nova Jaguariúna III;

8. Da Sra. Tais Camellini Est da Água solicitando ao Executivo Mu para que seja repintada a faixa de pe



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



20 de Maio de 2017

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2017, quinta-feira, às 18h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/1017.-
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expedê o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 002/2017, a ocorrer no dia 25 de maio de 2017 (quinta-feira), às 18h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

☒ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 10 de maio de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

Executivo a celebrar convênio com o Instituto Educacional Jaguarú – IEJ, afim de dar continuidade ao Programa Municipal Universidade para Todos, e dá outras providências

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

FAÇO SABER que a Câmara Municipal manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 47 “caput” da Lei Orgânica do Município, a seguinte lei:

Art. 1º. Fica acrescentado o § 4º, no artigo 2º, da Lei nº 2.332, de 02 de dezembro de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 2º
§ 4º. As bolsas não preenchidas com base nos parágrafos anteriores deste artigo, poderão ser redistribuídas proporcionalmente para os outros cursos que já tenham as bolsas completadas, até atingir a totalidade de bolsas autorizada nesta lei.”

Art. 2º. Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 17 de maio de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 12ª Sessão Ordinária, de 16/05/2017

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. Afonso Lopes da Silva - SILVA solicitando ao Executivo Municipal informar se a Secretaria de Obras e de Meio Ambiente programaram a poda de árvores, limpeza e troca de lâmpadas nos postes da Praça Cyrillo Fontanella, bem como a pintura da fonte lá existente, conforme Indicação nº 033/2017 de sua autoria;

Indicações:

1. Do Sr. Luiz Carlos de (solicitando ao Executivo Municipal viabilidade de substituir o “guard Estrada Municipal JGR-354 – Alt Júnior, localizado na curva antes Rio Camanducaia, sentido Cond Marias à Rod. SP- 340, por pare de concreto acompanhando o co curva;

2. Do Sr. Luiz Carlos de (solicitando ao Executivo Municipal seja dado acabamento nos “guai Avenida Antonio Pinto Catão, loc altura dos Bairros João Aldo Nas Miguel Martini, conforme são feit rodovias, com seu início sob o s

3. Do Sr. José Muniz soli Executivo Municipal para que se, um ponto de ônibus na Rua Alex 270, no Bairro Boa Vista;

4. Do Sr. Afonso Lopes d solicitando ao Executivo Municp ção e reorganização de todo o C Educação Municipal Ambiental “I Machado de Souza” – CEMA, c matos, retirada de galhos, limpez tomada por vegetação, entre out cias;

5. Da Sra. Tais Camellini da Água solicitando ao Executiv contratação de mais um clínico g Posto da Vila Miguel Martini;

6. Da Sra. Tais Camellini da Água solicitando ao Executiv para que seja colocada uma plac da Avenida Luciano Vlademir Po para Campinas, próximo a Agroq o sentido para a cidade de Camp Paulo;

7. Da Sra. Tais Camellini da Água solicitando ao Executiv feita de uma lombada, de acor normas de trânsito, na Rua Laur Poltronieri, nas proximidades do Bairro Nova Jaguariúna III;

8. Da Sra. Tais Camellini da Água solicitando ao Executiv para que seja repintada a faixa d Rua Gáspere, próximo ao Hotel I



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 1º QUADRIMESTRE DE 2017, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 25 DE MAIO DE 2017, ÀS 18:00 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - O Representante da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto à funcionária da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 1º QUADRIMESTRE/2017

- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.
-
-

- Palavras do Sr. Presidente.
- Encerramento da Audiência Pública.
- Secretaria da Câmara Municipal, aos 25 de maio de 2017



Alzira Elviani de Campos Souza Venturini
Diretora Geral



Prefeitura do Município de Jaguariúna



Audiência Pública

Metas Fiscais

1º Quadrimestre 2017



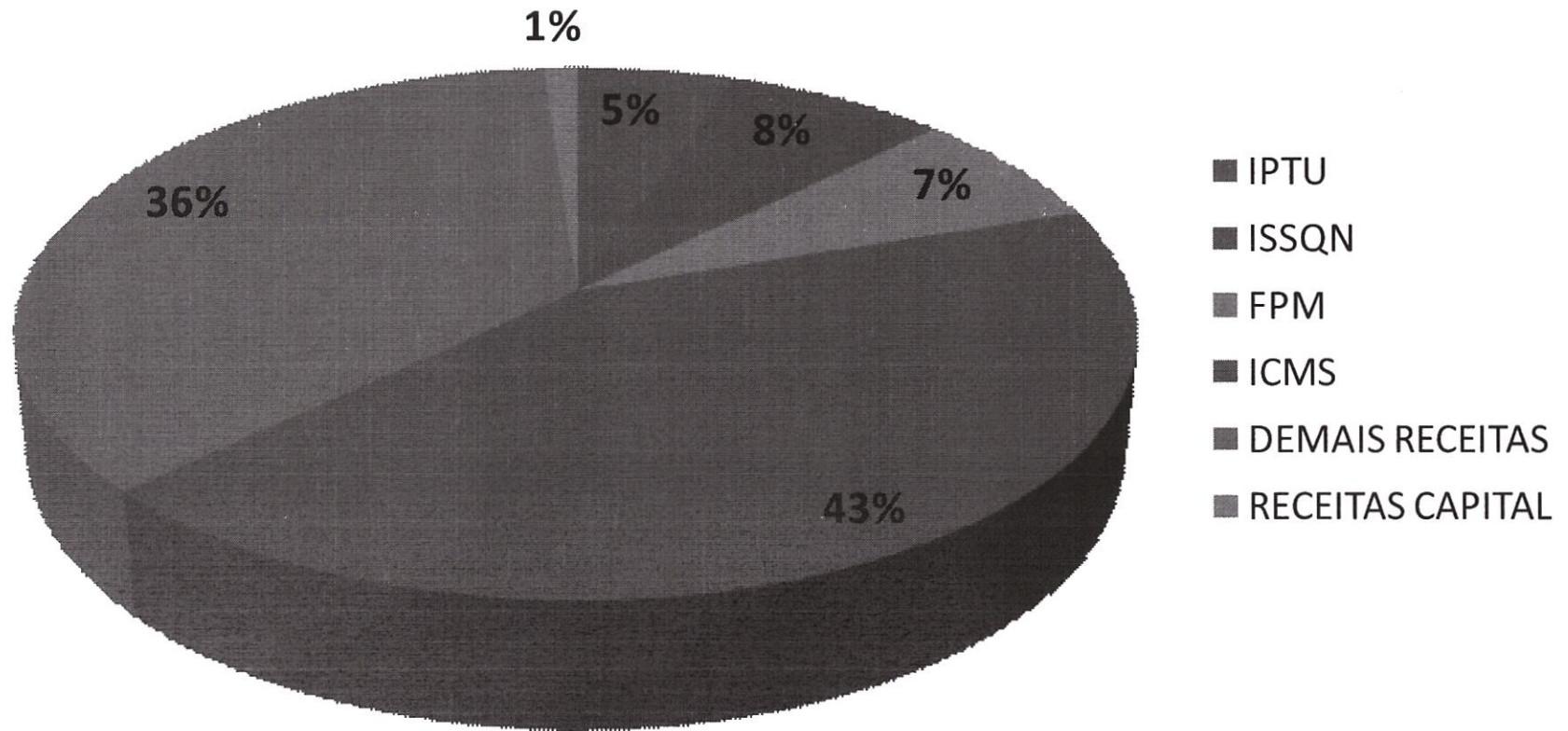
Receitas 2017

RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		1º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 366.976.684,93	R\$ 116.422.362,86	31,72%
IPTU	R\$ 11.862.587,65	R\$ 6.205.904,14	52,31%
ISSQN	R\$ 31.824.119,67	R\$ 8.836.217,49	27,77%
FPM	R\$ 28.242.665,87	R\$ 8.383.283,25	29,68%
ICMS	R\$ 175.350.055,57	R\$ 50.561.807,77	28,83%
Demais Receitas Correntes	R\$ 119.697.256,17	R\$ 42.435.150,21	35,45%
Intra-Orçamentarias	R\$ 0,00	R\$ 6.818.211,66	
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM, IPI, ITR,IPVA)	- R\$ 41.056.395,09	- R\$ 13.448.017,89	32,75%
Receitas de Capital	R\$ 15.521.303,16	R\$ 1.322.313,92	8,52%
Transferências de Capital	R\$ 15.195.411,16	R\$ 1.322.313,92	8,70%
Outras Receitas de Capital	R\$ 325.892,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 341.441.593,00	R\$ 111.114.870,55	32,54%



Receitas 2017

RECEITAS REALIZADAS





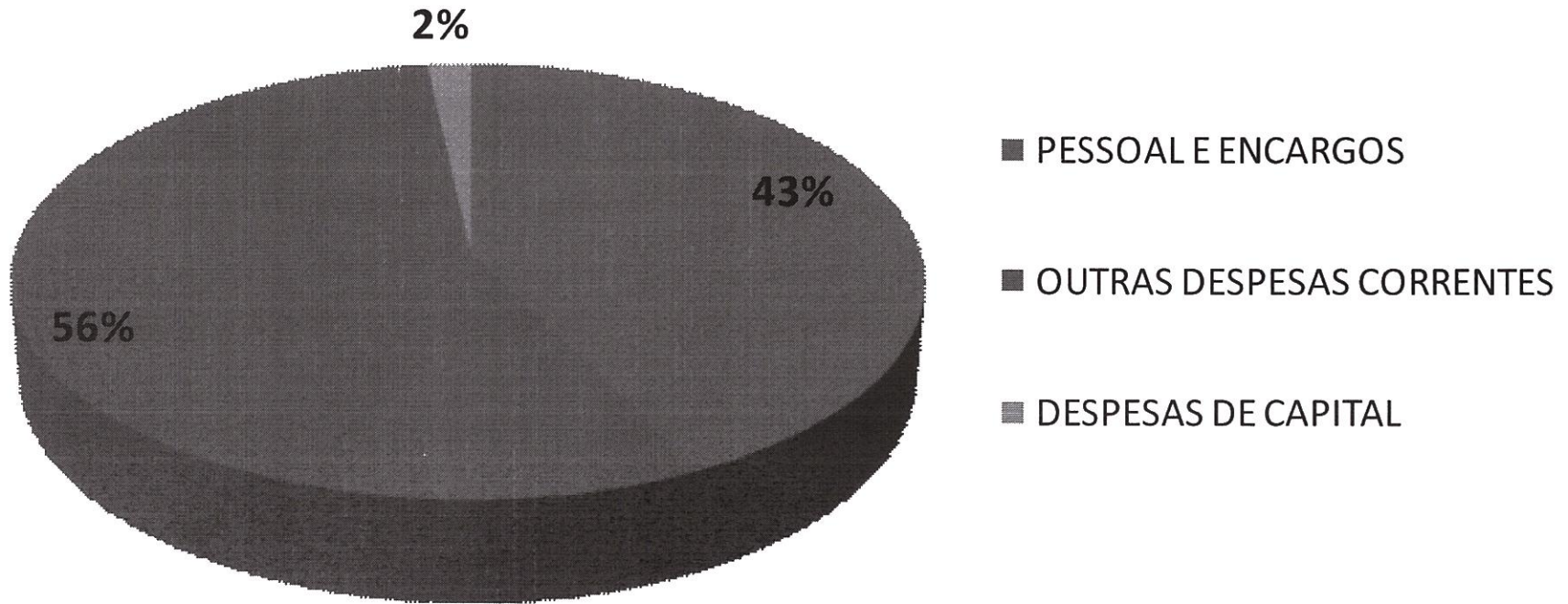
Despesas 2017

DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		LIQUIDADO	PAGO
Despesas Correntes	R\$ 306.569.659,07	R\$ 90.572.833,69	R\$ 71.806.214,33
Pessoal e Encargos	R\$ 138.878.413,76	R\$ 39.295.211,65	R\$ 29.299.976,08
Outras Despesas Correntes	R\$ 167.691.245,31	R\$ 51.277.622,04	R\$ 42.506.238,25
Despesas de Capital	R\$ 34.771.933,93	R\$ 1.618.934,54	R\$ 1.114.692,05
Investimentos	R\$ 34.771.933,93	R\$ 1.618.934,54	R\$ 1.114.692,05
Reserva de Contingenciamento	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 341.441.593,00	R\$ 92.191.768,23	R\$ 72.920.906,38



Despesas 2017

DESPESAS





Restos a Pagar

2012

RESTOSA PAGAR	R\$ 20.724.493,95
PAGOS (ATÉ 30/04/2017)	R\$ 18.803.705,44
CANCELADOS	R\$ 1.577.376,36
SALDO A PAGAR	R\$ 343.412,15

2014

RESTOSA PAGAR	R\$ 19.012.378,16
PAGOS (ATÉ 30/04/2017)	R\$ 17.846.306,54
CANCELADOS	R\$ 831.564,79
SALDO A PAGAR	R\$ 334.506,83

2015

RESTOSA PAGAR	R\$ 18.672.294,76
PAGOS (ATÉ 30/04/2017)	R\$ 16.658.878,99
CANCELADOS	R\$ 29.934,80
SALDO A PAGAR	R\$ 1.983.480,97

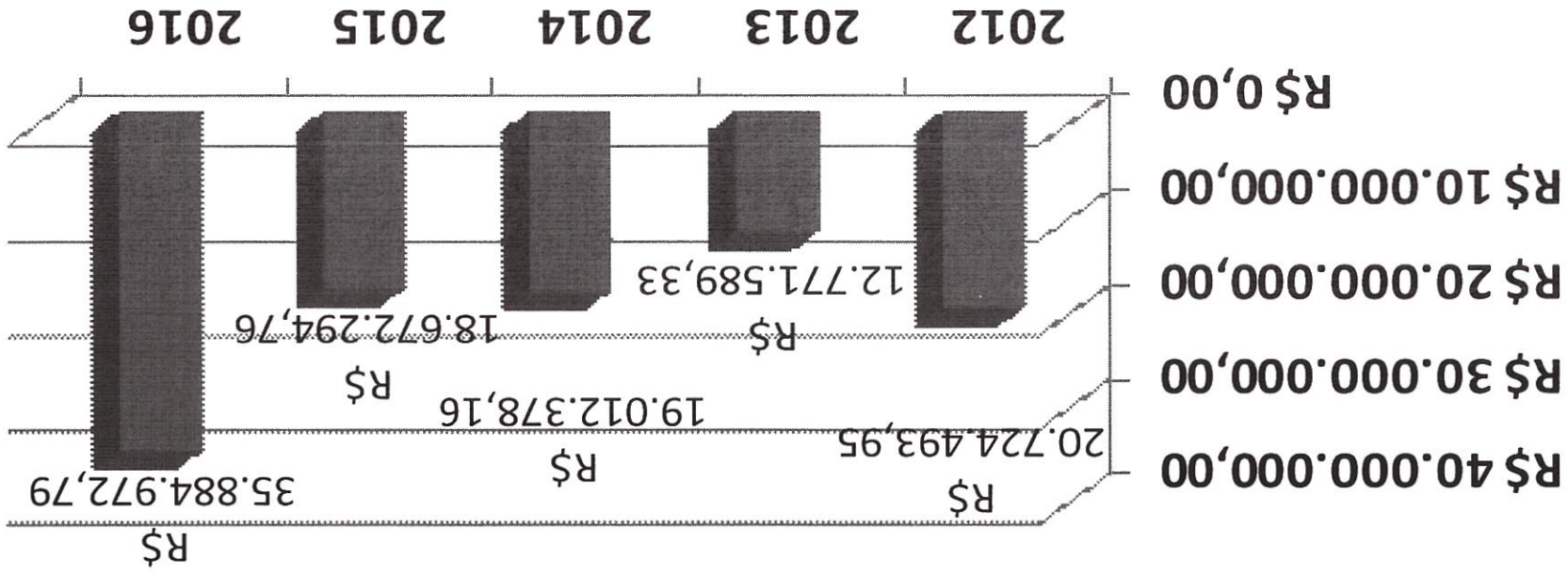


Restos a Pagar

2016

RESTOSA PAGAR	R\$ 35.884.972,79
PAGOS (ATÉ 30/04/2017)	R\$ 25.298.435,66
CANCELADOS	R\$ 971.338,63
SALDO A PAGAR	R\$ 9.615.198,50

RESTOS A PAGAR / ANO





Restos a Pagar - Resumo

SALDO A PAGAR

2012	R\$ 343.412,15
2014	R\$ 334.506,83
2015	R\$ 1.983.480,97
2016	R\$ 9.615.198,50
TOTAL	R\$ 12.276.598,45



DÍVIDA CONSOLIDADA

ESPECIFICAÇÃO	1º QUADRIMESTRE 2016	2º QUADRIMESTRE 2016	3º QUADRIMESTRE 2016	1º QUADRIMESTRE 2017
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 32.119.729,36	R\$ 30.080.936,57	R\$ 38.768.183,69	R\$ 40.758.382,10



Receita Corrente Líquida

2017

(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 322.599.226,70
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 6.863.301,99
(C) FUNDEB	R\$ 30.993.176,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)	R\$ 284.742.748,03



Aplicações



ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	R\$ 284.742.748,03
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 113.667.789,66
PORCENTAGEM RELAÇÃO R.C.L	39,92%



Receitas de Impostos

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 18.570.626,99
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 8.813.365,91
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 58.542.278,18
TOTAL	R\$ 85.926.271,08



Aplicação na Saúde



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77,III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 85.926.271,08
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 11.836.059,34
(C) Empenhos Pagos – ASAMAS	R\$ 16.750.094,85
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 2.941.232,85
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 25.644.921,34
(F) Porcentagem Aplicação	29,85%



Aplicação na Educação

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(A) Receita de impostos	R\$ 85.926.271,08
(B) Total Empenhos Liquidados	R\$ 11.069.223,37
(C) Valor retido FUNDEB	R\$ 13.448.017,89
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 535.885,81
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 23.981.355,45
(F) Porcentagem Aplicação (A / E)	27,91%



Aplicação FUNDEB



APLICAÇÃO FUNDEB			
(A) Valor recebido	R\$ 11.015.008,74		
(B) Rendimentos	R\$ 56.455,50		
(C) Total (A + B)	R\$ 11.071.464,24		
(D) Total aplicado	R\$ 11.071.464,24	100%	
(E) Aplicação Magistério	R\$ 8.178.899,88	74%	



Créditos

SALDO EM 31/12/2016		ALTERAÇÕES	SALDO EM 30/04/2017
DÍVIDA ATIVA	R\$ 48.876.816,69	R\$ 5.387.773,82	R\$ 54.264.590,51
SALDO PATRIMONIAL	R\$ 287.704.260,12	-R\$ 231.408.245,79	R\$ 56.296.014,33



Prefeitura do Município de Jaguariúna



Marcio Gustavo B. Reis
Prefeito Municipal

Cristina Ap. Rossi Serra
Secretario de Administração e Finanças

Tânia Candozini Russo
Controle Interno

Daiane Fernanda Ferreira
Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento



OBRIGADO



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 1º QUADRIMESTRE DE 2017, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º, DA LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA AOS 25 DE MAIO DE 2017, ÀS 18H00, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	ASSINATURA
LUIZ CARLOS DE CAMPOS	VEREADOR	
Lyalda S de B. Santana	assessoria	
fred	VEREADOR	
ROMILSON ALVES SILVA	VEREADOR	
Cristiano Cruz	VEREADOR	
AFONSO LUIZ DA SILVA	VEREADOR	
márcia Lídia Busletti	assessoria	
José Medeiros	VEREADOR	
Elina Hausman	Cidadã	
Tair Camellini Estro	Tair Camellini Estro	
Lucas de Almeida Jacobi	P. P. P.	
Tâmio C. Pires	Controlador Interno	
Walter Lippi	VEREADOR	
Márcia Rita de Cássia Roubini	Secretaria de Planejamento	
Luiz Carlos Domingos Junior	Engenheiro	
Cristina A. R. Silva	Secretaria Financeira	
Jamado Vitor da Silva	Professor / Engenheiro	
Davi Henrique	VEREADOR	
Reginaldo F. P. Lima	VEREADOR	
Evelina	Empresária	
Dalva Aparecida Sena		
Fernanda Sara Rodrigues	Arquiteta	

Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguaruna – 1º Quadrimestre de dois mil e dezessete, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 005/2017, datado de 10 de maio de 2017, realizada no dia vinte e cinco de maio de dois mil e dezessete, às deztoito horas, na Sala das Sessões "Vereador Reynaldo Chavegato" da Câmara Municipal de Jaguaruna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cassia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chavegato Neto, Angelo Roberto Torres, Cristiano José Ceccon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva, Tais Camellini Esteves e Walter Luis Tozzi de Carmargo. Deixaram de comparecer os Srs. Cassia Murer Montagner e Rodrigo da Silva Bianco. Presente, também, a Sra. Cristiana Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, vinte e cinco pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Casa, Vereador Romilson Nascimento Silva, cumprimentou a todos e deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Organização e Contabilidade, na pessoa do seu Presidente o Vereador Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que aquela era a segunda audiência pública sobre as Metas Fiscais, e que já tinham feito a primeira audiência pública do primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete, e aí eles iriam fazer a primeira audiência pública do primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete, e que o Romilson já abriu os trabalhos e que ele iria chamar os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Ceccon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário. Convidou, também, a Sra. Cristiana Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer explanações a respeito das Metas Fiscais. O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Organização e Contabilidade explicou o procedimento para a realização da referida Audiência, dizendo que a Representante da Secretaria de Administração e Finanças teria vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais; os Vereadores poderiam usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas e as pessoas presentes na Assembleia também poderiam usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas,

Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Jaguaruna





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



junto à funcionária da Câmara presente na Assembléia; a seguir, fez uso da a palavra a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra que cumprimentou a todos, pedindo desculpas, porque ela achou que seria às dezoito e trinta, e pediu que lhe perdoassem; agradeceu a presença de todos, e disse que, naquele momento, iria fazer uma apresentação referente às Metas e toda Execução Orçamentária Financeira do primeiro quadrimestre do exercício de dois mil e dezessete; disse que no primeiro slide tinham o valor da previsão orçamentária do exercício inteiro, e que a última coluna tratava-se de realização, do que foi efetivamente arrecadado, em termos percentuais; de IPTU, dos onze milhões e oitocentos previstos, tinham arrecadado seis milhões, duzentos e cinco, que representou cinquenta e dois e trinta e um, porque o período de maior arrecadação do IPTU era o primeiro quadrimestre, onde os contribuintes conseguiam pagar os carnês na totalidade, com desconto, então, era natural até que, cinquenta e dois por cento da arrecadação ficava vinculado ao primeiro quadrimestre; a questão do ISSQN, tinham oito milhões, oitocentos e trinta e seis efetivamente arrecadados, representou vinte e sete vírgula setenta e sete por cento no total previsto para o exercício; sobre o FPM disse que eles tinham uma previsão inicial de vinte e oito milhões, duzentos e quarenta e dois, realizaram o valor efetivamente recebido dessa transferência, de oito milhões, trezentos e oitenta e três, que representou quase trinta por cento do previsto para o exercício; o ICMS, que era a maior arrecadação, a previsão para o exercício era de cento e setenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta bruto, porque dessa Receita, vinte por cento ficava retido para o FUNDEB, e cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e um que representou, quase vinte e nove por cento dentro do previsto para o ano, valor bruto, também; as Demais Receitas Correntes, onde tinham as receitas de serviços referentes às tarifas de água e esgoto, tinham taxas e outras contraprestações, multas, juros, correções das Demais Receitas Correntes; disse que conseguiram arrecadar trinta e cinco vírgula quarenta e cinco por cento; falou sobre as Intra-Orçamentárias, que eram as transferências, e que na verdade essas receitas eram deduzidas para todos os efeitos de cálculos, porque eles tinham a Contabilidade da Prefeitura e o Jaguar Prev era uma unidade orçamentária do Orçamento Total do Município, e que quando eles incorporavam as receitas do Jaguar Prev, essas receitas vinham, que eram referentes aos valores que eles repassavam para eles, e que era uma receita e que não era que ela fosse fictícia, mas ela não representava uma Receita para a Prefeitura, quando eles incorporavam o valor da quota patronal, o déficit atuarial, ele entrava como Receita Intra-Orçamentária, não era uma Receita Orçamentária; entre outras coisas disse que as Contas Redutoras, que eram as deduções das Receitas que compunham o FUNDEB, da União, e depois retornavam para eles; as Receitas de Capital de quinze milhões e quinhentos previstos, foram realizadas apenas oito por cento, que dava um milhão, trezentos e vinte e dois, que eles podiam ver claramente que a Receita de Capital ficou exclusivamente, como transferência de capital, e que veio um valor bem menor do que estava previsto, por conta

[Handwritten signatures]

[Handwritten initials]


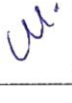


Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



da crise da União e dos Estados nas transferências de recursos, que estavam ali, especificamente, de convênios para investimentos; no próximo slide tinha um gráfico, onde eles destacavam as principais Receitas desse primeiro quadrimestre, e que tinham o IPTU, ISSQN, o FPM que eram duas das Receitas que compunham a DREMU, que era de onde vinha o cálculo do FPM, IPTU, ISSQN, ITBI, que acabavam formando o índice de participação, ICMS e Demais Receitas e Receitas de Capital, quase que nada; o próximo quadro era o das Despesas de dois mil e dezessete, e que ali ele se atentavam mais ao liquidado e pago, porque para efeito de cálculo de déficit orçamentário ou superávit orçamentário, eles consideravam o liquidado, isso no decorrer do ano, conforme iam se liquidando as despesas, eles costumavam fechar, sempre o que tinha empenhado era liquidado, como o Resto a Pagar processado; disse que tinham as Despesas Correntes, Pessoal e Encargos, que deu um total de cento e trinta e oito milhões, oitocentos e setenta e oito para o ano previsto, e que eles liquidaram trinta e nove, duzentos e noventa e cinco milhões, pagaram vinte e nove, duzentos e noventa e nove, ressaltando que essa diferença a pagar, era a folha de abril que eles pagavam em maio, folha, encargos; Outras Despesas Correntes, seriam consumos, serviços pessoa física, serviços pessoa jurídica, de uma previsão de cento e sessenta e sete milhões, eles já liquidaram cinquenta e um, e pagaram quarenta e dois e quinhentos e seis; Despesas de Capital, a parte de Investimentos, eles tinham previsto um montante de trinta e quatro, setecentos e setenta e um, sendo na maior parte desse orçamento, estava bem atrelado à parte de repasses financeiros da União e do Estado, e como podiam observar, de um e trezentos que eles receberam, gastaram uns seiscentos e dezoito, houve um investimento por parte da municipalidade, dessa diferença, normalmente como contrapartida de convênios ou aquisição de material permanente, que eles ficaram bem restritos naquele quadrimestre, por conta daquele decreto e que, provavelmente, aquele diferença era a contrapartida do Município; Reserva de Contingência, que eles não utilizaram nada, e disse que dos trezentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e um e quinhentos e noventa e três, eles liquidaram noventa e dois milhões, cento e noventa e um, sete, meia oito e vinte e três, pagaram setenta e dois e novecentos e vinte, novecentos e seis e trinta e oito; o próximo quadro era o gráfico que demonstrava o comportamento das Despesas, o que representou cada elemento, e o próximo quadro era um slide que tratava dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores, dois mil e doze, dois mil e quatorze, dois mil e quinze, pagos até trinta do quatro, e que de dois mil e doze foram pagos no decorrer de dois mil e treze, quatorze, quinze, dezesseis e dezessete, e que isso não se referia somente ao exercício de dois mil e dezessete; disse que tinham um saldo, ainda, a pagar de Restos, de trezentos e quarenta e três, quatrocentos e doze e quinze, que estavam vindo de dois mil e doze; de dois mil e quatorze, trezentos e trinta e quatro, quinhentos e seis e oitenta e três; de dois mil e quinze um milhão, novecentos e oitenta e três, quatrocentos e oitenta e noventa e sete, e o

 3 






Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



próximo quadro era os Restos a Pagar de dois mil e dezesseis, que eles pagaram até trinta do quatro, os Restos a Pagar de trinta e cinco, oitocentos e oitenta e quatro, nove, sete dois, e setenta e nove, e que já pagaram vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e oito, quatrocentos e trinta e cinco, meia, meia e que aqueles cancelamentos tratavam de Restos a pagar que estavam empenhados e que foram negociados, e disse que, quando eles eram negociados ou eram objetos de termos de confissão ou parcelamento, eles deixavam de configurar como Restos a Pagar e iam para o quadro da Dívida Consolidada, e que não era que aquela despesa não existiu, ali dentro daquele vinte e cinco milhões que eles já pagaram, valia destacar que eles pagaram só de Pessoal e Encargos, precatórios, PASEP e parcelamento de INSS, que eram descontados diretamente no FPM, em torno de dezoito a dezenove milhões deste valor; disse que o restante que foi pago eram aquelas despesas que faziam parte dos serviços essenciais, a parte da Saúde, medicamentos, a parte da merenda escolar que, realmente, eles tinham que repor estoque, e, retomando os serviços porque senão, por exemplo, a questão da merenda eles não conseguiriam atender em fevereiro, quando começaram as aulas; disse que tudo o que passou da parte de Saúde, ultrapassou noventa dias o laboratório suspendia o fornecimento, e que houve uma negociação durante esse período, o que ultrapassou de noventa dias, as empresas que tinham valores maiores já negociaram, sem que houvesse até a confissão, eles vinham pagando semanalmente, e o fornecimento foi retomado, e tiveram alguns casos que tiveram que pagar imediatamente porque vencia acima de oitenta e nove dias, porque dando noventa, o próprio sistema bloqueava, e depois foram agendando, oitenta e nove, oitenta e nove, oitenta e nove e que tinha alguns casos que eles conseguiram até zerar com os laboratórios, e que o fornecimento de medicamentos, na maioria deles, eram os medicamentos de uso contínuo, hipertensão, e a parte da Educação, que seria o apostilamento, merenda escolar, e que tudo isso foi negociado e eles vinham pagando e retomando os serviços; disse que os fornecedores entenderam a situação, não só a deles, de ter assumido o compromisso, mas do exercício anterior, que eles continuaram aceitando os parcelamentos e continuaram parceiros, uma grande maioria continuava com a parceria com a Prefeitura, porque a ordem era que o compromisso assumido teria que ser pago, e que diversos fornecedores que procuraram disseram: "Olha, a gente vai parar o fornecimento e vamos entrar na Justiça!" Disse que isso não resolveria nem o problema da cidade, nem o problema do fornecedor, muito menos de Governo, independente de que governo que fosse, e que ela achava que eles estavam ali para servir a população, e que, em primeiro lugar a necessidade da população, e que eles entenderam, e que continuavam, na maioria dos casos, foi negociado da seguinte forma: eles pagavam o serviço prestado, ou o material fornecido nesse exercício e, qualquer brecha que eles tivessem de caixa, eles encaixavam uma do exercício anterior, que, no final, um iria chegar no outro, e que ela não poderia deixar a dívida nova ficar velha e não podia abandonar a

  4 



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



antiga, porque a população seria prejudicada seriamente com isso; disse que naquele mesmo slide eles tinham um quadro da evolução dos restos que foram deixados nos últimos cinco anos, e a somatória do saldo que ficou dos outros exercícios estavam abertos e mais aquele, dariam os trinta e oito que foram relatados pela Comissão e apurados; disse que aquilo era o saldo total que eles tinham para pagar de dois mil e doze, quatorze, quinze e dezesseis, e que totalizava doze milhões, duzentos e setenta e seis e que isso eles estavam falando da parte orçamentária, e que ali eles não estavam falando de consignações em folha, e que isso não entrava como pagamento da Prefeitura, e que ali eles não estavam abordando a Dívida Consolidada, que foram as confissões de dívida que iriam ser negociadas, ainda, e que aquilo ali era só o que ficou orçamentariamente desses cinco exercícios; o próximo quadro falava da Dívida Consolidada, o valor que fechou no terceiro quadrimestre e aquele primeiro quadrimestre de dois mil e dezessete, esse aumento de trinta e oito para quarenta foram precatórios que eles receberam, ainda naquele ano, e que eles pagaram em torno de dois milhões e trezentos e já chegaram mais de dois milhões, que na verdade, já estavam na contabilidade, dentro daquilo ali eram três milhões duzentos e cinco; os precatórios do exercício de dois mil e dezesseis foram quitados na totalidade, e o que tinha ali, realmente, estava para pagamento em dois mil e dezessete; parcelamento de algumas multas da CETESB, também de dois mil e dezesseis, o parcelamento da CPFL, e que ali ainda não estava, mas no mês de maio o Resto a Pagar que iria aparecer cancelado era a questão da Secretaria de Estado da Educação, que foi objeto de um novo parcelamento, que a primeira parcela vence em trinta e um de maio, e que no próximo quadrimestre ela iria aparecer; no próximo quadro, tinha o demonstrativo da Receita Corrente Líquida, e que a Receita Corrente Líquida não era a Receita do exercício, a Receita Corrente Líquida era a Receita arrecadada do mês atual, e seria abril, e onze anteriores, menos o Plano Previdenciário, que nada mais era que aquela Receita intra-orçamentária, que ela não existia, e o FUNDEB, a Receita Corrente Líquida, a base era do mês atual, e onze anteriores, e que a Receita Corrente Líquida do Município, hoje, era de duzentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois, setecentos e quarenta e oito, zero três, e que ela era a base para o cálculo dos dispositivos da LRF, tanto para despesa com Pessoal, e que, em cima da Receita Corrente Líquida, era a Despesa com Pessoal, nesse quadrimestre, Pessoal e Encargos atingia o montante de cento e treze, meia, meia sete, sete, oito nove, meia, meia, representando trinta e nove vírgula noventa e dois por cento da Receita Corrente Líquida; o próximo quadro falava da Receitas de Impostos, e a Receita de Impostos era composta de transferências da União e do Estado e impostos municipais, e que de impostos municipais tiveram uma arrecadação de dezoito, quinhentos e setenta, meia dois meia, nove, nove; transferências da União, e esclareceu que isso eram só correntes, tanto que não entravam investimentos, por isso eles falavam Receita que era a base para aplicação; a parte da Receita de Capital, se ela

um.



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



era convênio, era um dinheiro marcado, não podia ser utilizado para nada, além do objeto que foi contratado; Transferências da União, oito milhões, oitocentos e treze, três meia cinco, noventa e um; Transferência do Estado: cinquenta e oito, quinhentos e quarenta e dois, dois, sete oito e dezoito, totalizavam, oitenta e cinco, novecentos e vinte e seis, dois, sete, um, zero, oito; o próximo quadro era o slide que demonstrava a Aplicação na Saúde, que era com base na Receita de Impostos, de oitenta e cinco, novecentos e vinte e seis, duzentos e setenta e um, zero, oito, e que tinham empenhos liquidados separados da Secretaria de Saúde e da ASAMAS, os liquidados da Secretaria somavam onze, oitocentos e trinta e seis, zero, cinquenta e nove e trinta e quatro, da ASAMAS, dezesseis, setecentos e cinquenta, zero, noventa e quatro e oitenta e cinco, deduziram as transferências, tanto para custeio, quanto para investimentos, e que o total aplicado deu vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro, novecentos e vinte e um, trinta e quatro, representando vinte e nove vírgula oitenta e cinco e eles conseguiam atingir os quinze por cento obrigatórios, constitucionais, e que ali eles estavam com o dobro da aplicação na Saúde; o próximo quadro era a Aplicação na Educação, e que a base era de Receita de Impostos, e que o total de empenhos liquidados era de onze milhões, sessenta e nove, duzentos e vinte e três, trinta e sete; o valor retido do FUNDEB, embora eles não tivessem liberdade de aplicação, ele compunha a aplicação nos vinte e cinco por cento, deu treze milhões, quatrocentos e quarenta e oito, zero dezessete, oito, nove; deduziram os auxílios e transferências, e que ali valia ressaltar que não entrava a merenda escolar na aplicação, e que era só transportes, o QSE, que se podia utilizar em investimentos, em algumas despesas até de serviços, material permanente, e que ali não tinha merenda escolar, nem liquidados, nem auxílios de transferências, que dava a eles um total aplicado de vinte e três milhões, novecentos e oitenta e um, três, cinco, cinco, quarenta e cinco, representando vinte e sete vírgula noventa e um por cento da Receita de Impostos, atendendo, portanto, a obrigatoriedade de vinte e cinco por cento, no mínimo, na Educação; o próximo quadro era a Aplicação no FUNDEB, e que eles receberam onze milhões, zero quinze, zero, zero, oito, sete, quatro, tiveram um rendimento de aplicação de cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco e cinquenta, totalizando, onze, zero setenta e um, quatro, meia, quatro e vinte e quatro; disse que desse montante, cem por cento era aplicado, e esses cem por cento era totalmente absorvido pela folha de pagamento, não tinham outras despesas aplicadas no FUNDEB, e a aplicação mínima exigida no magistério era de sessenta e que eles estavam com setenta e quatro por cento, oito milhões, cento e setenta e oito, oitocentos e noventa e nove e oitenta e oito; no próximo quadro, disse que tinham ali a posição da Dívida Ativa, que de quarenta e oito, foi para cinquenta e quatro milhões, dois meia quatro, quinhentos e noventa cinco, um, o saldo patrimonial que de duzentos e oitenta e sete passou para cinquenta e seis, que seria em trinta do quatro; disse que muitos podiam olhar e falar assim: "Meu Deus, mas o que foi que aconteceu?" Na verdade, eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



tinham alguns casos, o sistema... eram inseridos, os bens adquiridos havia muitos anos atrás, muitos anos, desde que a Prefeitura foi fundada, podia se dizer assim, não houve uma reavaliação patrimonial, era por isso que ficou, essa baixa de cento e noventa e um milhões, foi um levantamento feito no final do exercício do ano passado, de muito material, que estava assim, inservível, muitos bens inservíveis, eles tinham processos administrativos por furto de outros bens, alguma coisa foi leiloada, então, a baixa ainda estava pelo valor da aquisição, e muita coisa foi para reciclagem, porque dentro desse montante de duzentos e oitenta e sete, eles tinham uma composição de várias moedas, então, o sistema não converteu para a moeda atual, e eles tiveram que justificar, porque se fez, leiloou trezentos e poucos mil reais, e o patrimônio caiu; não era que caiu, ele foi adequado à moeda real; disse que o Tribunal de Contas já veio naquele ano e foi explicado e apresentado um relatório, não houve baixa de patrimônio, e que aquela alteração ali, que teve em trinta e um do doze, não foi queda de patrimônio, foi resultado de reavaliação, eles tinham bens adquiridos em cruzado, cruzado novo, cruzeiro, simplesmente vinha o valor total e se falava: "Que absurdo! Se você depreciar tudo, você fala: isso aqui nem serve pra mais nada." Então, estava compondo e foi uma medida, realmente, exigida pelo Tribunal; uma ação que foi feita em dezembro do ano passado, por exigência do próprio Tribunal de Contas e foi cumprido; finalizou sua fala, agradecendo e colocando-se à disposição para perguntas, comprometendo-se a levantar o que não soubesse e não tivesse resposta imediata, e disse que algo poderia passar, até mesmo ela teria que ir atrás. Agradeceu, e diante de manifestação do Sr. Presidente, ela disse, ainda, que a pessoa perguntava e ela já respondia, que era melhor; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão, Afonso Lopes da Silva disse que iria abrir para perguntas, intervenções, explicou que, pelo roteiro, a pessoa tinha cinco minutos, e que as pessoas interessadas em formular perguntas, que a Secretária estaria anotando as pessoas inscritas; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos os Vereadores, funcionárias, senhoras e senhores presentes, dizendo que tinha algumas dúvidas para expor à Senhora Secretária Cristina, explicando que sobre, também, ser questionado pelas pessoas a respeito de determinadas coisas, querendo saber sobre a Despesa com Pessoal se era dos doze meses, ali no caso; a Sra. Cristina Serra disse que sim. O Sr. Luiz Carlos de Campos continuou dizendo que queria saber se a folha de pagamento de dezembro foi empenhada em dois mil e dezesseis ou em dois mil e dezessete e a Sra. Cristina Serra respondeu que não; o Sr. Luiz Carlos de Campos continuou dizendo sobre outra coisa, que tinha o Decreto de Calamidade Financeira e alguns funcionários questionaram sobre a metade do décimo terceiro salário, e a Sra. Cristina Serra respondeu que sim, seria dia vinte; o Sr. Luiz Carlos de Campos continuou dizendo que achava que não tinha problema, porque a Lei era superior a um Decreto e a Sra. Secretária disse que sim, que iria cumprir; o Sr. Luiz Carlos de Campos continuou falando que iria ter problema,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



como era Lei, a Prefeitura iria estar pagando os servidores; comentou, também, sobre a dívida que pelo que ele viu já pagou boa parte, então, cinquenta e dois milhões seria ... a Sra. Cristina Rossi Serra interrompeu o Vereador, falando que desses cinquenta e dois milhões, uma parte seria dessa questão dos fornecedores, que estavam na Dívida Consolidada, porque inseriram alguns parcelamentos, algumas baixas que foram pagas, e que agora era que iriam partir para renegociar essa dívida, estender prazo, e chamar um a um, na verdade, pontualmente, isso era uma coisa bastante pontual, para poucos fornecedores, e o maior mesmo eram os parcelamentos da Jaguar Prev, que já era de conhecimento, INSS, que isso estava sendo pago em dia e, concluindo que, entre baixas e inclusões houve essa reação de trinta e oito para quarenta; o Sr. Luiz Carlos de Campos completou dizendo que outra coisa que era bom que se falasse para as pessoas, que se divulgasse, era que a Despesa de Pessoal, no caso do Hospital, ela não estava computada ainda, e a Sra. Cristina explicou que não, que era separada; o Sr. Luiz Carlos de Campos continuou afirmando que era serviço e a Sra. Cristina confirmou acrescentando que era do contrato de gestão, ela fazia parte do contrato de gestão; o Sr. Luiz Carlos de Campos perguntou se da folha de pagamento ela foi empenhada em dezembro e a Sra. Secretária respondeu que foi empenhada em dezembro; o Sr. Luiz Carlos de Campos agradeceu; a Sra. Cristina Rossi Serra desculpou-se com todos, dizendo que estava com uma "canseirinha" básica, visto o problema de saúde que estava atravessando; diante de manifestação na Assembleia, a Sra. Cristina Rossi Serra disse que eram trezentos e trinta milhões, mas na verdade foram arrecadados por volta de duzentos e oitenta, duzentos e setenta e seis, duzentos e oitenta, e trezentos e trinta teve uma diferença de dez milhões, só, porque consideraram o comportamento real, então, o orçamento estava bem justo, estava super justo se visse a execução em termos percentuais, e que iam até segurar um pouco; a seguir, usou a palavra, devidamente, inscrita, a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que cumprimentou a todos, dizendo que sua pergunta era sobre a questão da folha de pagamento, e também as despesas em geral, e, ainda que diante da negociação, a Prefeitura passou sobre a sua grande dificuldade financeira mas, que vinha observando diante do Jornal Oficial, que vinha tendo algumas contratações de gente de fora, e, também, em algumas mudanças de cargo como chefe de divisão, de repente, passando para diretoria e que observava que o cargo, a função da pessoa era idêntica; ela mudou para um outro e foi; outra coisa, também, que chegou ao seu conhecimento era que a Prefeitura contratou uma empresa para o setor de finanças, e ela queria entender o que essa pessoa estava fazendo lá, o que essa empresa estava fazendo lá, e, na Contabilidade, que era a pessoa que veio informar; perguntou, se não teria ninguém dentro da Prefeitura que poderia ter ocupado o seu cargo e se não houve uma seleção interna; perguntou ainda, se houve necessidade de trazer uma pessoa de fora que não tinha o convívio do dia a dia deles, e disse ser essa a sua pergunta; a Sra.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Secretária de Administração e Finanças disse que essa era a contratação, na verdade, a publicação dela sairia no próximo fim de semana e era uma pessoa que tinha um conhecimento profundo na questão de elaboração de PPA e LDO e LOA de acordo com o Plano de Governo; disse que ali dentro da Prefeitura, realmente, não tinha alguém que tivesse condições de elaborar, na verdade, as peças, que ela quem preparava, com memória de cálculo e tudo, e essa pessoa ela teria conhecimento específico, ela viria para a área de planejamento, então, era ela que estaria elaborando tanto planos específicos desse Governo que eram Cidades Sustentáveis e as peças que iriam reger os próximos anos desse Governo e o primeiro do próximo e não tinha, realmente, eles tiveram dificuldade de encontrar, porque a área pública era uma área impar; disse que ela foi contabilista na área privada muitos anos, quando entrou na Prefeitura, não sabia o que era um empenho, e comentou que a pessoa podia ter muito, muitos anos de experiência na área privada, mas a área pública se começava, e disse que quem a ensinou a fazer um empenho, acreditassem, foi um guardinha, ela já tinha sido contadora em duas empresas e indústria, inclusive, chegou ali e não tinha o menor conhecimento de nada, que além da técnica ser diferente, tanto da elaboração orçamentária, na área pública, não era simplesmente fazer; ali tinha a lei podia, não tinha lei, não podia, e se ela preparasse uma peça, fora da exigência, tanto dos dispositivos constitucionais como da LRF, essa peça era questionada; disse que o Tribunal de Contas, hoje, via o planejamento, de uma forma muito séria e que quando ela começou a fazer essa peça, lembrava muito bem que a LDO era um texto engavetado, ela não tinha metas físicas, não tinha metas financeiras, e o Governo queria trazer o que? Não só o Governo, mas o Tribunal de Contas. Disse que o Secretário que estava cuidando de uma pasta, ele tinha de saber onde ele estava no hoje, e aonde ele queria chegar, e o que e como ele iria fazer para atingir aquela meta; então, o Tribunal de Contas acompanhava cada meta física ou financeira, ela mencionou um exemplo: a merenda escolar: ela não iria simplesmente pegar o que gastou e repetir, não! Ela iria por quantas refeições serviu. E hoje o Tribunal, a auditoria, informou a eles nesse ano, que haveria uma nova mudança, além da periodicidade da auditoria: "quantas refeições foram servidas? Qual era a qualidade dessa refeição? Então, me leva na escola, que eu vou comer aquela merenda lá." Disse que o auditor chegou a entrar, achava que foi em Bragança que ele fez uma auditoria, ele contou a ela, que ele foi checar a quilometragem do subsídio lá. A prefeitura disponibilizou um carro para ele e falou: "eu vou seguindo o ônibus, o senhor vai seguindo dentro de um carro." Ele, o auditor, falou: "não, eu vou entrar no ônibus." E que ele andou o dia inteiro no ônibus. Daí a necessidade de haver um planejamento específico, com metas atingíveis; eles tinham que ter o pé no chão, porque o orçamento não era super estimado, nem metas, nem nada, porque o Tribunal também estava questionando isso, então, a necessidade da elaboração de uma peça que atendesse ao Plano de Governo, cada prefeito tinha a sua maneira de governar, dentro de,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



considerando o atendimento e servir a população, cada um tinha uma marca de governo, então, essa pessoa estaria fazendo este levantamento, ela começou a fazer esse levantamento; disse que ela iria elaborar o PPA; elaborando o PPA, a LOA e LDO, nada mais era do que um recorte do PPA, porque o PPA eram quatro anos, então, ela era a peça mãe, ela determinava quanto que iam gastar, tanto de diretrizes, quanto de financeiras, quanto metas físicas e cada Secretário iria justificar: "Não atingiu a meta? Por quê?" Disse que o Tribunal no hoje era por via eletrônica, se entrava lá, e se ia informando que se servia cento e vinte e três mil refeições mês, então, sabia lá, setecentas mil refeições, serviu oitocentas, como assim? Comentou que eles chegavam a calcular a "per capita" de uma refeição, então, daí a necessidade da capacitação dos servidores, aí sim, os levaria a atender isso, a sua colocação, por que não aproveitar alguém que acompanhava, que vivia na cidade, que usava o serviço público, pegava o medicamento, ela tinha contato com as pessoas, ela conhecia o mecanismo, ela conhecia o antes e depois dos governos; disse que um dos programas do Governo atual seria a "Escola de Contas", que o projeto de Licitação já estava sendo elaborado pra se fechar um espaço. Para que? Devido à necessidade de se capacitar um servidor. Então, sabiam que o custo para se capacitar fora era muito alto; o servidor com o vencimento dele não teria condições no hoje de manter um curso, porém, ele iria ter, iriam estar à disposição dele, até aceitavam sugestões, até como foi conversado com o Sindicato, que sentia de perto a dificuldade do servidor, pra que mais pra frente conseguissem, porque a intenção seria aproveitar aquele que estava ali o dia todo; disse que se poderia cobrar tecnicamente um serviço prestado, desde que, se conhecesse, que se visse o dia a dia, então, achou pertinente a pergunta, e por isso a medida da criação da Escola de Contas, para que se tivesse, dentro da cidade, moradores e servidores capacitados para isso; disse que um segundo fator, não seria só a oferta de curso, seria o interesse também, e que tiveram essa experiência, tiveram uma capacitação de um próprio funcionário, gabaritado, com conhecimento, abriu dentro da Prefeitura, no começo tinham trinta pessoas, não deu em nada, as pessoas não se interessavam; falou que a área pública era um nicho de mercado que o servidor tinha que se conscientizar de que ele iria ter um conhecimento ímpar, ímpar, repetiu; pertinente à pergunta da Sra. Rita Granato disse que cem por cento, tanto que já estavam sendo tomadas providências pra isso, e a intenção do Governo era essa, era capacitar, aquele rapaz que varria rua, ele poderia fazer um curso de execução orçamentária, iria aprender como fazer uma solicitação, um pedido de licitação. Por que ele não poderia fazer? Porque ele ocupava um cargo de lixeiro? Não. De lixeiro? Ele poderia se capacitar, sim! Ele poderia crescer, estudar, isso poderia contar na pontuação da avaliação, ele poderia ter esse diferencial. Não que não tinham pessoas, as pessoas não tinham interesse ou, realmente, não tinham experiência na área pública; a Sra. Maria Rita Elisa Granato perguntou se a empresa estava desde janeiro e a Sra. Cristina Serra disse que não, não estava contínuo, não; e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Sra. Rita Grantto perguntou se não estava, e a Sra. Cristina respondeu que não estava, informando que no próximo sábado estaria publicado; a Sra. Maria Rita Elisa Granato agradeceu a atenção; a seguir, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que cumprimentou a todos, perguntando para a Sra. Cristina Serra se, na opinião dela, observando a situação do País, política, financeira, se ela poderia, sabendo que era muito difícil fazer um prognóstico, se existia um perigo de afetar a reposição de remédios, pagamento de fornecedor e manutenção de infra estrutura e etc; a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra respondeu que, sem dúvida, havia esse risco, sim, e já estavam sendo tomadas medidas, e como colocou na audiência passada, a maior dificuldade deles eram as parcerias, tanto com o poder privado, como outras esferas de Governo, repasses para custeio, o medicamento, a saúde era um gargalo mesmo, e as medidas já estavam sendo tomadas, da questão da regulamentação, de captação de recursos, foi pauta da reunião de Secretários naquele dia, pela manhã, então, era mais do que previsível se olhar o andamento das despesas e ver que, realmente, vinha uma dificuldade, então, no mês de abril, no mês de março, abril, além da dificuldade da disponibilização tanto de parcerias, como das esferas de Governo, eles sofreram drasticamente, não diferente do exercício passado, do mesmo período, o ICMS líquido, retendo os vinte por cento do FUNDEB, de quatorze em março, caiu para sete em abril, tinham de aplicar os quinze por cento na Saúde, a máquina tinha vida própria, ali eles estavam vendo, estava mais do que claro, viam que estava indo trinta por cento; disse que a Prefeitura era mãe de muita gente, todo mundo, e que estava sendo feita uma reestruturação, tanto de cadastro de Cartão Cidadão, porque temia pessoas que vinham para Jaguariúna e se tratar só; disse que ela teve uma experiência, na segunda anterior, no Pronto Socorro, às seis da tarde, chegou lá, sentiu-se no Vietnã, tinha mais de setenta pessoas no Pronto Socorro, tinha pessoas de Monte Sião, de outras cidades, era o SUS, disse que teve de tomar uma medicação na segunda, na terça, não ficou hospitalizada, na intenção de fazer o repouso, mas teve a curiosidade de fazer o levantamento do medicamento que tomou, uma injeção, a média dela era de cento e oitenta reais por ampola, então, tomou uma segunda e outra na terça, e se ela morasse em outra cidade, sabendo que estava correndo um sério risco, e o Hospital de Jaguariúna tinha o medicamento, ela viria aqui; comentou que não eram todos os hospitais que disponibilizavam o medicamento, ela teria que tomar dois por dia, durante seis dias; disse que compraria o remédio e tentaria tratar em casa, e que outra pessoa de fora, então, internaria, não iria gastar um real, e teria o tratamento, que esse problema que era tratado lá na UNICAMP era tratado em Jaguariúna, também; comentou que essa colocação, já foi tratada em reuniões e reuniões, e que já estava sendo estudado; falou que o Dória já tomou algumas medidas, e que no sábado, recebeu o convite naquele dia, iria participar de um seminário, com alguns projetos na área da saúde, algumas ideias, sugestões na área da Saúde, sugestões de parcerias com privadas, tinham até instaladas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



no Município, era uma questão de regulamentar e manter essa aplicação na Saúde, porque o gargalho, se podia ver ali, tinha o Hospital, tinha o medicamento do Hospital mas, que era a Prefeitura que pagava, tinha o pessoal do Hospital, pelo contrato de gestão caía tudo, ele não falava não e acabava caindo em cima da Prefeitura, então, aquele medicamento que ela tomou, estava no contrato de gestão que Prefeitura pagou, mas, isso já estava sendo estudado com muita seriedade, inclusive, porque essa queda de ICMS, já era prevista, em dois mil e dezesseis ocorreu a mesma coisa, no mesmo período, se trouxesse e tirasse do percentual, e falassem nos mesmos valores nominais, tiveram um aumento, tiveram um aumento de valores de arrecadação de ICMS, estava lá a audiência do mesmo período do ano passado, um aumento nominal de oito milhões, só o que pagaram de medicamento por mês, então, tinha que ter uma atenção especial, haveria corte nas outras áreas para que se mantivesse o atendimento da forma que estava; tinham trinta e três, tiraram do pessoal que estava ali, iriam tirar do FUNDEB, do recurso que vinha, mas que saía dos cofres do Município também, vinte por cento, se considerassem tudo isso, sobraria orçamento para quê, perguntou; disse que tinham serviços continuados, tratados justos, doze meses, mas o que estava empenhado iria ser executado; disse que isso já aconteceu no ano anterior, era tudo muito justo, a folha de pagamento, ela tinha um crescimento, nem que não se desse aumento em nada, o aumento vegetativo dela já era um absurdo; por que aumentou, questionou o Tribunal? Por que houve aumento de pessoal no último ano, de junho a dezembro, aumento vegetativo, natural, e que comprovava por A mais B que foi cumprida, que não teve, mas, havia um crescimento vegetativo, da mesma forma que tinham muitos medicamento que eram em dólar, se tinha de comprar, ele era vinculado ao dólar, então, tudo iria acabar despejando ali, e que isso iria exigir um melhor planejamento, por parte de quem, perguntou; disse que do Secretário Municipal de cada pasta, ela iria lá tecnicamente contingenciar e tirar trinta por cento de todo mundo, e cada um que fizesse, tecnicamente ficava fácil, e que cada um que fizesse, na parte técnica ficava fácil, papel aceitava tudo, e os serviços "finalísticos", que iam, na verdade, refletir diretamente na população, essa era uma das preocupações deles, e isso foi pauta de reunião, e estavam se preparando para que isso não acontecesse; a seguir, pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite ao Presidente da Comissão – Silva, demais membros, agradeceu à Cristina pela presença, demais Vereadores, funcionários da Casa, senhoras e senhores; ele tinha achado que a pergunta do Cristiano tinha sido pertinente e justamente era o objetivo daquela Audiência Pública, para saber se aquilo que tinha sido programado ou projetaram para aquele ano estavam tentando chegar próximo da realidade, como a Cristina havia dito; o Orçamento, ele não se lembrava mas, a Cristina tinha falado que era trezentos e trinta milhões ano passado e que naquele ano foi para trezentos e quarenta e um, era o que previam arrecadar; naquele momento usou a palavra a Sra. Cristina Serra dizendo que acreditava que não iriam



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



chegar; voltando a palavra ao Vereador Fred, disse que era, e pelas previsões, por aquilo que tinha sido apresentado no primeiro quadrimestre, que era o primeiro daquele ano, eles estavam numa tendência de regularidade....naquele momento a Sra. Cristina disse que sim, era aquilo; continuando a fala, o Vereador disse que era em torno de trinta e três por cento onde via uma diferença de capital, estavam dentro de uma arrecadação prevista para o Orçamento, agora, se a economia declinasse, conseqüentemente, os repasses tendiam para cair e, conseqüentemente tinha que fechar a torneira em alguma área; usando a palavra a Secretária disse que teria que fechar; o Vereador Fred disse que era aquilo que eles tinham lá, o dever de discutir e, até o momento, estava tudo dentro da normalidade; sabiam que estava difícil mas, aquilo que foi previsto arrecadar estava próximo daquilo que esperavam mesmo mas, muita coisa poderia mudar, então, era o momento para estarem discutindo e mostrar para a sociedade que o Município estava tentando fazer tudo aquilo que tinha previsto mas, infelizmente, acontecia; a Sra. Secretária disse que acontecia mesmo e foi o que tinha acontecido ano passado; o Vereador Fred disse que foram muitos infortúnios e que era aquilo mesmo, se pegasse o Orçamento lá como a Cristina havia dito, tinha trinta por cento na área da Educação, trinta e três; a Sra. Secretária disse que era vinte e sete na Educação e trinta na Saúde; o Vereador Fred disse que era trinta na Saúde e trinta e nove com Pessoal, já tinha dado noventa e poucos por cento; a Sra. Cristina disse que era verdade; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o resto, os nove por cento, teria que dividir para o restante das pastas do Município, pagar energia, pagar demais custos, limpeza, enfim, era muito complicado, realmente, a Administração, e ele via que mecanismos de gestão teria que ser cada vez mais aperfeiçoado para, realmente, auxiliar o Prefeito para administrar porque, na verdade, quem assumia a cadeira nada mais era que a peça figurativa de gastar o Orçamento que estava pré determinado para alocar em determinada situação, tinha que ser muito versátil para administrar um Município e disse mais uma coisa, era preocupante quando começava a ver aquelas coisas não podia nada, tudo ficava limitado; com a palavra a Sra. Cristina disse que o Prefeito não podia mais nada, aquela era a verdade; o Vereador Fred disse que tinha que ter a consciência de, dependendo daquilo que pretendia fazer, de uma certa forma, alimentá-lo e dar respaldo político para que pudesse realizar aquilo, porque, por mais que se fizesse a coisa certinha que existisse, problemas viriam, não era para ter dúvida, às vezes, precisava pegar pessoas capacitadas para fazer determinadas coisas no Município, precisava mesmo porque, no momento, estava difícil, a responsabilidade era muito grande, eles sabiam, acompanhavam e tinham acompanhando algumas reuniões em Tribunais de Contas e eles falavam, no futuro iriam ficar com dó dos Prefeitos porque, dificilmente, alguém iria se candidatar, tanto era a responsabilidade que se tinha e sair do governo com uma série de problemas nas costas; a Sra. Cristina Serra disse que eram pendências e que tinha que justificar, era aquilo mesmo; o Vereador Fred disse que era, sem dúvida, aquilo que

lu.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



estavam falando lá, estavam falando do Município mas, infelizmente, dependia da economia nacional, aquilo que estavam brigando lá e que tiveram um aumento da arrecadação e tiveram mesmo, de acordo com o Orçamento, de acordo com o índice de participação no Governo Estadual e Federal, sim, mas não vinha, a indústria nacional não vendia, a economia estava cada vez pior, o que estava acontecendo com o País estava refletindo e iria refletir; percebiam que tinha parado, novamente, muitas coisas e estavam percebendo que havia um aumento a preocupação era que iria parar e iria refletir, então teria que ter aquele discernimento; usou a palavra a Sra. Cristina dizendo que, além de ações de contingenciamento, estavam vendo algumas ações para aumento de arrecadação, porque a Prefeitura, se olhasse como um todo, tinha várias áreas em que ela era uma má cobradora, então, era assim, ações já estavam sendo desenvolvidas para aumento de arrecadação, o aumento de arrecadação dependia do que, tinha um sistema, uma arrecadação bancária, tinha que ter um sistema específico? Disse que sim, mas se não tivesse atrás de um computador, alguém que fosse alimentar os dados, que fosse atrás do sistema, não fazia nada sozinho, para isso voltaram na questão que a Rita tinha colocado de capacitação do servidor; não era porque tinha um sistema que não precisava capacitar o servidor, precisava, era ele a cabeça que pensava, que iria inserir os dados, então, além da preocupação na captação de recursos tanto de parcerias e também o aumento de arrecadação, então, iriam começar a sentir o reflexo daquele aumento das medidas que estavam sendo tomadas, muitas vezes eram medidas radicais? Eram. Num primeiro momento aquele que devia não gostava de ser cobrado, mas iria ser cobrado desde uma multa de trânsito que ninguém levava a sério, aquilo também seria mudado, não pagava, a pessoa ia lá na loja Cem comprar um guarda-roupa daí ele olhava que tinha uma restrição no SERASA de oitenta reais de uma multa que ele tinha levado, daí corria na Prefeitura e pagava, se ele ficasse só com a pendência do licenciamento perdia IPVA, perdia tudo, mas não deixava de comprar um guarda-roupa, não iria consultar um CADIN, então aquilo iria ser mudado; por causa de oitenta reais, ia lá pagar aquela multa, então, automaticamente, iria refletir na arrecadação, aquilo era uma das medidas que estavam sendo tomadas; como o Vereador Fred havia colocado, a situação estava pendendo para acabar na responsabilidade do Município, sim, então, não bastava, o Município tinha uma demanda a ser atendida e não bastava só contingenciar tinha que ir atrás para aumentar a arrecadação própria para criar uma certa independência? Era impossível? Era impossível no caso de Jaguariúna, mas poderiam aumentar uma arrecadação, sim, tinha sido feito um levantamento e havia a possibilidade e aquilo seria feito, muitos iam chorar, espernear e tal mas era o papel deles; naquele momento o Vereador Fred disse que no fundo eles iriam pagar a conta e iriam pagar sempre, era um verdadeiro condomínio, infelizmente; ele só gostaria de ressaltar aquilo e dizer que, naquele primeiro quadrimestre, realmente, estavam vendo que as contas estavam dentro da normalidade, estavam sabendo do esforço do

cu.



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



poder público de tentar normalizar e cumprir os compromissos que estavam sendo assumidos durante aquela gestão e da gestão anterior, então, era aquele o momento de poder estar discutindo aquela questão e poder ter aquelas informações para passar para a população, que o negócio não era brincadeira, realmente; a Sra. Secretária disse ao Vereador que aceitava sugestões, também, e que era uma ajuda bem vinda; com a palavra, novamente, o Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que parabenizou e ele esperava que a economia rodasse; a Sra. Cristina Serra disse que assim ela esperava; naquele momento o Presidente da Comissão, Afonso Lopes Silva, perguntou se tinha mais alguém para fazer uso da palavra e não havendo ninguém, fez uso da palavra, que gostaria de fazer uma pergunta, dizendo que, na época em que ele foi Secretário tinha uma verdadeira loucura para ir atrás de novos recursos, novos convênios ou através de emendas parlamentares para o Município e que, de uma certa forma, ele tinha observado que, dependendo do convênio, do recurso que trazia tinha a questão da contrapartida, o Município teria que dispor de recursos para acabar de cobrir aquele serviço que ele tinha ido atrás; ele queria saber daqueles números que foram apresentados onde previa aquilo e se não era previsto como era feita aquela contabilidade; usou a palavra a Secretária de Administração e Finanças, dizendo que, na verdade, lá não estava destacado porque tinha, por exemplo, ela ia construir um Posto de Saúde, então, criavam duas fichas dentro de uma mesma categoria com fonte de recursos diferentes, e ela queria um investimento, um convênio que iria receber um auxílio de duzentos mil reais para construção de um Posto de Saúde, ela tinha que ter uma contrapartida de cem, então o Orçamento iria figurar o quê? Fonte de recurso, ou Federal ou Estadual, os duzentos e o cem em fonte de Recurso de Tesouro, era daquela forma que era demonstrado, lá estava por categoria ou era Corrente, Capital, Transferência, tudo mais, mas dentro daquilo tinha uma parte de contrapartida, normalmente; chegaram a ter alguns convênios que foram firmados que estavam exigindo do secretariado no momento que, a questão da terceirização de transferência de responsabilidade da União e do Estado, por exemplo, ele dava duzentos mil e ajudava a construir um Posto de Saúde, era uma forma de dizer que depois que construísse, tinha que por pessoal, equipar, pagar e manter, aquilo iria custar só aquele valor e acabava, não custava mais nada; tiveram casos de Unidades Básicas de Saúde que o convênio, o valor era duzentos, em contrapartida trezentos, que presente, exclamou, além de colocar um valor maior e contrapartida porque o projeto era gigante, tinha todo o pessoal que tinha que era seu, se sabia que não tinha um Posto de Saúde no bairro iria no bairro vizinho, agora se soubesse que tinha um na esquina, ela queria ir na esquina dela, não queria ir em outro bairro; então, a partir do momento que construiu, abriu, por isso que só tinha para investimento, aquilo nada mais era que transferência do custeio para o Município, então, quando firmasse um convênio para investimento ou construção de qualquer coisa o impacto seria feito, inclusive com, o secretário levaria em conta quanto gastaria de energia,

cu.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



gastaria com pessoal, quanto iria gastar com material de limpeza, iria por tudo, aquilo seria o custo real, iria receber duzentos, iria ganhar um presente e teria que cuidar dele o resto da vida; então, a questão da contrapartida e fonte de recurso, era desdobrada na peça orçamentária mesmo, eles tinham por Secretarias e por fonte de recursos; pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo que mais uma vez queria, só para ressaltar o que a Cristina havia falado, aquele crescimento vegetativo que eles tinham no quadro de funcionários, tinham no momento, aproximadamente dois mil funcionários sem contar o Hospital? Usou a palavra a Secretária Cristina dizendo que era sem contar o Hospital; voltando a fala ao Vereador Fred este disse que, no momento, independente, no momento, estavam naquele ciclo em que a maioria dos funcionários tinham passado de cinco anos, de cinco para dez; usando a palavra a Sra. Cristina disse que era o quinquênio; continuando a fala o Vereador Alfredo Chiavegato Neto, este disse que, naturalmente aumentaram em torno de dez por cento os vencimentos, independente se desse qualquer aumento ou não, mas, era uma gratificação que vinha de dois por cento há cada cinco anos para o funcionalismo que realmente refletia muito, naturalmente no aumento de Despesa com Pessoal que, no momento era custeio e dificuldade, e só de pensar, se fosse colocar uma creche ou um Posto de Saúde para funcionar, o impacto no dia a dia do Município, se pensasse numa creche, era em torno de quarenta funcionários, mais ou menos, quarenta funcionários, tinham dois mil, era para imaginar que estavam falando em torno de dois e meio e três e meio por cento de aumento, querendo ou não era impactante no mês; usando a palavra a Sra. Secretária esta disse que estavam cumprindo gradativamente ao TAC que tinha sido feito e aos questionamentos do Tribunal, a questão de RPA e MEIS, então, estavam sendo contratados servidores naqueles concursos que estavam abertos e que tinham vagas, estavam sendo chamados, aquilo iria impactar e muito ainda mais e dali a cinco anos muito mais, começava a ter o quinquênio, passava dois anos ele tinha a progressão de carreira, tinha a progressão também; o Sr. Alfredo disse que não estava contando com aquilo, era preocupante, se a Receita não fosse evoluída e se prestasse atenção, a Cidade estava crescendo naturalmente, precisava prestar mais serviço, precisava de mais escolas, mais creches, mas para colocar mais uma escola, mais uma creche e mais um Posto de Saúde, o impacto seria muito grande, então, teria de uma certa forma ter o pé no chão, segurando o crescimento do Município em todos os sentidos, de uma forma; naquele momento a Sra. Secretária disse que para manter aquilo, que eles tinham com uma qualidade boa; voltando a palavra ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto, este disse que sem dúvida, era preocupante a questão da onde queriam chegar, teria que ser bem discutido, além das Metas Fiscais, aquilo que tinham como Plano Diretor do Município, tendo sempre o pé no chão porque se crescesse muito o negócio iria ficar como qualquer Cidade; a Sra. Cristina Serra disse que, com a própria crise já gerava uma demanda em si; o Vereador Fred disse que sabendo que lá era bom... voltando a fala à



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Sra. Secretaria, ela disse que o pessoal não só vinha para lá como aqueles que tinham cargos melhores, plano de saúde, a primeira coisa que cortava era o plano de saúde, tirava a criança de uma escola particular e colocava num serviço público, então, além de ter uma despesa muito maior, vinha de cima a transferência da responsabilidade e eles também estavam contingenciando, então, teria que ter o pé no chão e o foco maior na Receita própria para que otimizasse aquela cobrança; a seguir, pediu a palavra o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo que desejou boa noite ao Presidente da Comissão, demais Vereadores, público presente e funcionários da Casa, dizendo à Cristina que o questionamento dele era sobre o cobertor, já que era curto, precisavam escolher o que iriam cobrir primeiro, dentro dos números apresentados, trinta e nove por cento pessoal, vinte e nove por cento na Saúde, vinte e sete por cento na Educação, perfazendo, aproximadamente, noventa e cinco por cento; se a situação piorasse e o prognóstico não era bom em nível de Brasil e tivessem que tomar medidas contentivas, ele perguntou se existia um plano de ação para atuar no percentual da Saúde e da Educação, já que tinham o mínimo constitucional e nos dois estavam acima de ambos, sendo que a Saúde era praticamente o dobro do mínimo constitucional que era de quinze por cento e a Educação estava passando, aproximadamente, com dois por cento, já tinha sido discutido alguma coisa naquele sentido, aquelas duas áreas seriam afetadas ou as demais áreas que sofreriam aquele impacto, uma eventual necessidade de cortes, de despesas ou mesmo de contingenciamento; usou a palavra a Sra. Secretária de Administração e finanças dizendo que valia ressaltar que, naquela questão do percentual de gastos com pessoal, estava incluído o pessoal da Saúde e da Educação, também, então, aquele percentual era a Prefeitura toda, e que ela tinha vinte e sete por cento de gastos com a Educação com o pessoal incluso, então, acabava reduzindo aqueles trinta e nove por cento da Despesa com Pessoal, se tirasse do contexto e a questão da Saúde, também; no momento tinham as áreas que seriam afetadas, logicamente, se tivesse uma Secretaria menor onde o serviço não era finalístico, o impacto seria menor ainda que tivesse um contingenciamento; então, a Educação, o por quê não contingenciar a Educação, estavam com a aplicação muito justa, muito justa, de vinte e cinco para vinte e sete, era uma glosa do Tribunal que já não tinha cumprido o dispositivo, tiveram um exercício que tinha sido glosado algumas Despesas e o controle deles faziam normalmente pelo pago, porque do jeito que estava a situação não queria deixar Restos a Pagar se não pagasse até trinta e um do um, glosava da Aplicação na Educação e acabava, a conta seria rejeitada, então, iriam pelo valor pago, tiveram glosas de valores pagos, queria dizer, se ela não tivesse uma margem de aplicação e não fosse pelo pago, fosse pelo liquidado, corria um sério risco de ter a conta rejeitada, embora a Educação fosse uma Secretaria enorme, era muito grande o número de funcionários, era quarenta por cento do funcionalismo de quarenta a cinquenta, eram servidores da Educação, era uma área que não poderia contingenciar por conta da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



obrigatoriedade do dispositivo, queria dizer, um vacilo que desse, perderia o resto, poderia ter atendido tudo, como sempre houve uma preocupação especial com a Educação, mesmo com a glosa ficaram acima do mínimo obrigatório; na área da Saúde sabiam, no dia seguinte teriam Audiência da Saúde, iriam ser apresentados os números da Saúde, então, o Hospital era, realmente, o gargalo da Saúde e, enquanto a Secretaria de Saúde tinha gastado onze, o Hospital tinha gastado dezesseis e oitocentos, não precisava ser especialista técnico para ver onde precisaria mexer, só que chegava lá e via a demanda, assustava, então, medidas teriam que ser tomadas para que, porque no momento tinham oito postos de distribuição de medicamentos, aquilo não poderia ser reduzido porque eram medicamentos que traziam riscos de morte e tinha o gargalo do Hospital, então, quando se falava que ia refletir, automaticamente, as maiores secretarias seriam as mais afetadas, então, se fizesse um corte na Secretaria de Negócios Jurídicos de vinte por cento, aquilo não iria impactar tanto na população, agora se tirasse vinte por cento da merenda escolar, havia o risco de impactar, exatamente, naquelas duas secretarias que já foram feitos levantamentos e estudos para que aquilo fosse suprido, porque o que foi falado lá, a questão da execução orçamentária era uma coisa, mas quando falava que tinha gasto e se somasse o que foi pago; disse que, orçamentariamente falando do exercício de dois mil e dezessete com os Restos a Pagar, chegava a um montante de noventa e oito milhões de pagamentos e tinha setenta e dois novecentos e vinte e mais vinte e cinco de Restos a Pagar do exercício anterior; um mês de arrecadação, financeiramente foi para pagar os Restos, então, eles já estavam com um mês, financeiramente falando, e a Execução Orçamentária poderia estar dentro da média mas, havia um desequilíbrio financeiro para que não parasse a máquina, então, aquele equilíbrio foi retomado, e para que ele fosse mantido, se puxassem era um lençol de elástico, puxava de um lado, saia do outro, se não houvesse uma parceria dentro daqueles que administravam as pastas, que não tinham serviços finalísticos, fatalmente ia recair sobre as Secretarias que tinham serviços finalísticos e que tinham um quadro maior e que a proporção era muito maior e eles sabiam disso; a seguir, o Sr. Walter Luiz Tozzi de Camargo, disse que diante do histórico que eles estavam acompanhando nos últimos anos, no primeiro quadrimestre, todos lá foram testemunhas de que havia um certo equilíbrio nas Despesas e nas Receitas, entretanto, eles sabiam, também, que algumas Receitas terminavam naquele quadrimestre e não se repetiriam nos próximos, e perguntou se pelo histórico dos últimos anos que eles enfrentaram, se tinha como apontar o período mais crítico que eles poderiam enfrentar, se seria no segundo ou no terceiro quadrimestre, diante do cenário que eles viram desenvolver, e principalmente com o risco que corriam, em nível de Brasil, da situação se intensificar lá na questão financeira, na economia nacional, se existia um prognóstico, uma previsão daquilo; a Sr. Cristina Aparecida Rossi Serra disse que iam, realmente, arrecadar um valor menor, se caminhasse de acordo com o comportamento dos outros exercícios,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



iriam de ter de estabelecer um contingenciamento mesmo, que, por exemplo, não ia poder atingir a Educação, justamente por aquela questão que foi colocada, a questão de Pessoal, eles não iam ter como contingenciar, para cumprimento do TAC, eles não poderiam pegar uma sala inteira, e se o professor faltou, levariam para casa, teria de ter alguém dentro daquela Escola, então, o Quadro de Servidores iria aumentar mesmo, mas, extremamente dentro da necessidade última de cada Escola, iria exigir muito mais daqueles que estavam lá administrando sua pasta, foi como ela colocou, tecnicamente, iria haver uma queda de arrecadação, mas iriam ter aqueles serviços que teriam de ser administrados, então, a reflexão em cima da Saúde e Educação teria de ser a mínima possível, aquela era a cultura do Município, aquela questão de medicamento, saúde universal, e tal, disse que tinham municípios que se olhassem o que eles gastavam de medicamentos, era uma mixaria, tinha uma variação social e aquilo era uma cultura que não tinham como mudar de uma hora para outra, sem que eles fossem prejudicados, então, outras áreas teriam de ser sacrificadas para que eles atingissem o mínimo possível aqueles dois serviços, porque a população, realmente, não tinha outra escolha a não ser mandar o seu filho para o hospital, para a Escola no Município; o Sr. Walter Tozzi disse que faria uma última colocação para encerrar sua fala, e que diante do quadro seria impossível qualquer renúncia de Receita; a Sra. Cristina disse que eles estavam correndo atrás e pelos números parecia que houve um aumento na inadimplência com a questão dos tributos; o Sr. Walter Tozzi comentou sobre a Dívida Ativa aumentando, lá no quadro, e perguntou qual era a possibilidade de reeditarem o REFIS e anteciparem, ter um período de reedição dele, para buscarem maiores arrecadações, promovendo, realmente, aquela busca da adimplência das pessoas no Município, e a Sra. Cristina disse que haviam grandes possibilidades, porque o pessoal que fez o parcelamento muitas vezes perdeu o trabalho, perdeu o emprego, e a primeira coisa que ele ia deixar de pagar era o parcelamento, então, ela falava que ao invés de pagar o parcelamento do mês, ela pagaria a conta de água do mês e aquele parcelamento ficaria e a hora que saísse, sairia, então haviam grandes possibilidades; o Sr. Walter disse que foi um objeto de um requerimento dele ao Executivo pedindo aquela reedição, até por causa da procura muito grande de algumas pessoas e com as limitações; a Sra. Cristina disse, novamente, que havia possibilidades, sim; o Sr. Walter Tozzi agradeceu a atenção e desejou boa noite a todos; a seguir, o Sr. Presidente disse que estavam inscritos o Bozó e a Rita; fez uso da palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, dizendo que ele só queria fazer uma observação com relação ao ICMS, ele estava acompanhando, o Fred também tinha visto, eles acompanhavam pelo site da Secretaria da Fazenda e lá o que aparecia para eles, lá já tinha a dedução do FUNDEB, explicou, e uma coisa que eles tinham reparado era que parecia que no mês ímpar arrecadava mais, e que janeiro foi doze milhões, uma coisa assim, fevereiro cinco, depois março e ela tinha falado que abril foi sete e ele achava que maio já tinha passado de dez, pelo que ele estava vendo lá e ele olhava, também, a

previsão e torcia para que chegasse bem para cima, talvez uns quinze e ele torcia, mas, na realidade, ele queria perguntar para a Cristina, mesmo sabendo que os números que foram demonstrados lá eram números to Tais, e ele sabia que talvez fosse difícil, porque com tantos números que ela trabalhava, e queria saber qual era o subsídio com Transporte Urbano; ele não sabia se tinha aquela informação e ele sabia que estava lá dentro; a Sra. Cristina disse que teria de levantar a informação, que estava lá dentro, mas se ela arriscasse ela poderia errar porque eram muitos números, e se ele precisasse, ela poderia passar no dia seguinte; o Sr. Luiz Carlos disse que era questão de que eles precisavam saber, eles sabiam que foi motivo, também, de reduzir o valor da passagem e aumentar o subsídio, então, se fosse possível, se não tivesse nenhuma restrição, se ela pudesse passar aquela informação para eles, ao menos eles já teriam uma noção daquele subsídio; a Sra. Cristina Serra disse que, sem problemas, até em uma próxima apresentação se eles julgassem necessários, eles poderiam destacar as principais Despesas, para eles; disse que eles iriam atualizar o Portal da Transparência, daí iria estar lá disponível, iriam abrir a licitação para o Portal da Transparência, porque, realmente, a informação teria de estar disponível e ela achava que em uma próxima audiência aquilo já iria estar lá no Portal; a seguir, o Sr. Presidente disse que seria a vez da Rita e depois da Tais; fez uso da palavra, mais uma vez e devidamente inscrita a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que novamente cumprimentou a todos e disse que ela ficou feliz sobre o que a Cris falou sobre a Dívida Ativa, que iria ter uma nova postura, e aquilo era importante, porque ela já vinha batalhando, inclusive na última audiência ela já falou a respeito, que ela acreditava que, talvez, diante daquela formação profissional eles tinham, sim, bastante condições de diminuir a Dívida Ativa, desde que tivesse pessoa empenhada para aquilo; falou que iria dar um exemplo da cidade de Campo Largo, no Paraná, a qual ela acreditava que não tinha mais direito a uma pequena propriedade que era rural e que passou a ser urbana, e a primeira coisa que o município fez, foi tentar localizá-la, e a localizou aqui em Jaguariúna, e ela foi para lá, para a cidade, para atualizar o endereço dela, e pra que que ela fez isso? Logicamente, tinha dívida e fazia anos, e era muito interessante, então, a primeira coisa que ela perguntou quando viu a dívida, foi se eles tinham o REFFIS, e eles não faziam, pelo menos lá não, e aquilo fazia mais de três anos e a resposta do Secretário lá foi de que, se eles fizessem aquilo eles estariam dando uma oportunidade das pessoas ficarem devendo e ela não sabia se, atualmente, era lei, se tinha de fazer o REFFIS ou não, e tudo, inclusive banco eles conheciam, ela tinha duas contas e eles conheciam aquelas duas contas dela, e eles retinham valores, porque ela ainda não tinha conseguido deixar em dia a conta e que o carnê do ano atual já tinha chegado na casa dela; disse que a cidade era Campo Largo, se a Cristina quisesse entrar em contato com eles, eles tinham uma postura completamente diferente, Campo Largo, no Paraná, e ela até iria procurar saber o contato do Secretário de

Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Jaguariúna





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Tributos, no caso, e era aquilo que ela queria dizer; a Sra. Cristina disse que, na verdade, se analisasse friamente o REFIS, viria que beneficiava o mal pagador mas, tinham também, pessoas que estavam sofrendo por situações difíceis de perda de emprego e havia a possibilidade, sim, ela não sabia quando mas, levantou-se aquela possibilidade, já estava sendo discutido e iria ter de ser feito um impacto, teriam de fazer um estudo mais aprofundado, e aquele assunto já foi citado; a Sra. Rita disse que o período que ela ficou no FORUM, ela conseguiu contatos de muitas pessoas e que foi uma iniciativa própria dela, e a Prefeitura não exigiu o que ela deveria ou não fazer lá mas, como cidadã ela se viu na obrigação, do pouco conhecimento que ela tinha de conseguir localizar as pessoas para irem pagar, e ela teve bastante resultado e aquilo ela iria frisar que a Prefeitura não exigiu dela, inclusive teve pessoas que vieram para Jaguariúna para conhecê-la e saber como ela conseguiu localizá-las, inclusive uma veio especialmente agradecer a ela, porque ela não acreditava, assim como ela, que ela tivesse um terreno no Florianópolis, e ela disse para a pessoa que viesse, pagasse, porque o terreno dela ainda existia, e ela veio, e estava necessitando, e já colocou a venda; então, disse que ela acreditava, sim, que, atualmente, poderiam estar em quarenta e três mais ou menos, em quarenta e três milhões a Dívida Ativa; a Sra. Cristina disse que não, e que eram cinquenta milhões; a Sra. Rita Granato agradeceu e disse que se colocava à disposição para dar algumas dicas se eles precisassem; a Sra. Cristina disse que agradecia e aceitava; a seguir, pediu palavra a Sra. Taís Camellini Esteves que cumprimentou a todos e pediu para a Sra. Cristina tirar uma dúvida dela, a respeito da APAE, se era repassada uma verba para a APAE, se era anual ou mensal, se a Sra. Cristina saberia dizer o valor daquela verba, se era o Governo Federal ou a Prefeitura; a Sra. Cristina disse que vinha um recurso federal específico que eles repassavam para a APAE mensalmente e tinham alguns projetos específicos, que eles iriam entrar no marco regulatório de plano de trabalho, mas aquele recurso que era repassado era federal; a Sra. Taís disse que parecia que aquele recursos iria ser cortado; a Sra. Cristina disse que não seria cortado, e que ele seria repassado mediante um outro instrumento, onde teriam um acompanhamento com maior rigor, que era o marco regulatório, que era o "bum" do momento, e qual a medida que seria adotada, qual o instrumento que iria reger, eles ainda não sabiam, então, já tinham repasses no ano atual, ao terceiro setor autorizado mas, determinado até pelo Tribunal de Contas; disse que no atual ano eles estavam exigindo, porém, haveria uma tolerância, então, não seria cortado aquele recurso; a Sra. Taís Camellini perguntou se ela sabia o valor, e a Sra. Cristina disse que não, que ela não se lembrava naquele momento, mas ela poderia levantar e passar; a Sr. Taís Camellini disse que houve alguns boatos de que parecia que seria cortado aquele recurso; a Sra. Cristina Serra disse que não, e que todas as Entidades deveriam ter todas as documentações em dia, aquela era a regra número um, independente se só tinha ela que prestava serviço na cidade, um Centro de Equoterapia, uma APAE, só tinha ela na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cidade, que prestavam aquele tipo de serviço, sim, porém, dispensaria, até dispensaria, o Tribunal entendia que não, que teria de ser chamamento, mas se ela era exclusiva, o Centro de Equoterapia tinha uma infra estrutura, teria de ser bem justificada pelo Departamento Jurídico, explicando a viabilidade, não só econômica, quanto custaria para a Prefeitura, atualmente, montar um Centro de Equoterapia, manter pessoal e não dispensava a Entidade de estar regular em todas as esferas, todas as certidões ela iria ter de apresentar e o plano de trabalho iria ser acompanhado como era acompanhado o PPA do Município, qual foi a meta, e dizia que iria fazer cinquenta atendimento e ela não fez cinquenta, fez quarenta, iria levantar a "per capita", iria receber por quarenta, então, não era que iria ser cortado, não, pelo menos ela não tinha aquela notícia; a Sra. Taís perguntou se aquela renda era mensal e a Sra. Cristina disse que vinha Federal e era mensal; a Sra. Taís agradeceu à explanação da Sra. Cristina e desejou boa noite; a seguir, o Sr. Presidente disse que só complementando um pouco, eles tiveram a oportunidade de acompanhar no ano passado, eles não tinham assumido ainda mas, eles foram em uma sessão que discutiu aquilo, a questão da subvenção, os repasses para as Entidades, e pelo que a Rita Bergamasco explicou para eles, o caráter daquelas entidades iria mudar, iria ter o caráter de prestadoras de serviços, e tinham algumas entidades lá que iriam ter de mudar Estatuto, então, tinham várias coisas que iriam ter de mudar, inclusive ainda estavam em discussão, então, aqueles relacionamentos que tinham aquelas Entidades com a Prefeitura, do ponto de vista fiscal, pela prestação de serviços, pelas informações que eles tinham, iria mudar aquilo, e que tinham várias coisas sendo discutidas e ele sabia porque conversou bastante com a Rita Bergamasco; a Sra. Cristina disse que ela teria de estar cem por cento regular, com todas as esferas, com todas as obrigações dela, ela iria indicar, como por exemplo, se tinha uma psicóloga, qual era a profissional que iria atender, até o salário da pessoa iria ter de estar inclusive afixado no mural da Entidade, então, iria mudar bastante, embora ela achasse que, em um primeiro momento parecia que era dificultoso mas, ela achava que nada mais justo do que a transparência daquilo, se ela tivesse uma pendência, ela não conseguiria receber um dinheiro, ela teria de resolver aquela pendência de qualquer maneira, até então aquilo não era verificado e as Entidades já estavam providenciando, a grande maioria já estava tudo ok, a maioria já estava esperando só a intimação; a seguir, o Sr. Presidente perguntou se mais alguém queria fazer uso da palavra, e como não havia mais ninguém ele iria encerrar aquela audiência; porém, o Sr. Euclêmes Cardoso se inscreveu para usar a palavra, sendo ele, um empresário, devidamente inscritos e na tribuna cumprimentou a todos e disse que ele queria só abordar um assunto importante que o Prefeito de São Bernardo do Campo adotou, que quando o Hospital de São Bernardo do Campo atendia uma pessoa que não era do município, eles faziam uma notificação para a cidade da pessoa, dizia que iria atender a pessoa e mandava o valor que era X, e atendia a pessoa só naquele contexto, e ele não sabia se ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



estava errado, mas era São Bernardo do Campo, então, se ele chegava no hospital e dizia que era Euclemes, que morava em Jaguariúna, então, iriam ligar para lá, daí diziam que o Euclemes iria passar lá e que o valor seria de dois mil reais, ele atenderia e mandava a conta para a cidade; a Sra. Cristina disse que a Secretária de Saúde já tinha feito um termo de cooperação com Holambra, já chegou até Pedreira e ela já estava providenciando aqueles instrumentos legais para que eles pudessem cobrar; o Sr. Euclemes disse que sempre quando se falava de Saúde, o primeiro que sofria era o pobre, tudo era cortado da Saúde, daí se refletia no pobre; disse que Jaguariúna, atualmente, estava com mais de sessenta por cento desempregados, era um número grande, pessoas pedindo medicamento, por outro lado, ele achava que o Serviço Social de Jaguariúna sempre foi, ele achava que fazia um trabalho errado, porque tinham pessoas, em Jaguariúna, ricas e que ficavam atrás de medicamento, então, porque não faziam um cadastro geral de quem, realmente, necessitava, quem estava desempregado, pessoas idosas, e ele tinha a certeza de que aquilo tinha um rendimento de cinquenta por cento, porque era como ela mesmo colocou, as pessoas tinham o hábito de que tudo a Prefeitura tinha de dar, e o cara não tinha nenhum pudor de ir lá e tinha dez, quinze casas alugadas; comentou que até um dia, ele tinha um colega que tinha doze casas alugadas, e ele estava na fila, passou por ele e perguntou: "João o que você está fazendo aí?" E ele disse que iria pegar Losartana, e ele disse para ele tomar vergonha, porque ele tinha doze casas alugadas e o remédio custava nove reais, cinco reais, era um absurdo, e ele saiu da fila; a Sra. Cristina Serra disse que era a cultura assistencialista; o Sr. Euclemes Cardoso disse que aquela era a cultura, mas ele achava que tinha de partir do Serviço Social, porque também o Hospital não sabia e quem era atendido no Hospital, achava que todo mundo era de Jaguariúna; disse que ele pagou convênio durante quarenta e sete anos, e que parou de pagar e foi a pior coisa que ele fez na vida dele, para de pagar, foi cancelar, e que ele tinha um exame para passar no Hospital fazia seis meses, era um exame de vista, e ele iria voltar a pagar o convênio que era mil e trezentos reais, então, não tinha uma Saúde Pública, aquilo era fantasioso, e que no dia anterior ele passou no Posto na Roseira, com a esposa dele, e o médico falou que precisava de um exame para fazer lá no Hospital, e alguém falou que não fazia, e que faria depois de seis meses, sete meses, então, as pessoas morriam à mingua, então, ele achava que era daquela forma, quando o Prefeito falava, quando o Poder Público falava em cortar verba da Saúde, era como se estivesse matando as pessoas; perguntou por que não cortava verba lá, e pegava os EdiTaís que o Prefeito mandava dinheiro para aquelas Entidades, e se cortasse já dava uns cento e oitenta mil reais por mês, era só cortar, uma coisa mais simples e queria cortar da Saúde, onde iria diretamente afetar o povo, e eles que moravam em Jaguariúna sabiam que a dificuldade da população de Jaguariúna era muito grande, então, ele achava que a saída não seria cortar a verba da Saúde, falar para a população, que cortaram quinze por cento da Saúde e que não iriam ter OS, não iriam ter



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



medicamento, não iriam ter nada, mas primeiro cadastrassem aquelas pessoas que estavam desempregadas, que necessitavam, que pagavam aluguel, as pessoas pobres, e não nele, porque ele não iria atrás de medicamento, o João não iria, mas era preciso fazer um apanhado, cadastrar todas aquelas pessoas que estavam, realmente, desempregadas e necessitavam do tratamento público, não tinha, e as pessoas diziam que em Jaguariúna o atendimento era bom, sim era bom, mas poderia ser melhor, e a arrecadação chegava a trezentos milhões e tinham cinquenta e quatro mil moradores em Jaguariúna, e na maneira dele de ver, deveria ser muito melhor o atendimento em todas as esferas, hospital, serviço social, ele entendia daquela forma; a Sra. Cristina disse que aquela integração daquelas duas Secretarias também já estavam sendo feitas, aquele levantamento, e a questão de gastos; às vezes, o gasto não levava o espelho real do atendimento e era aquilo que o Tribunal estava fechando, e o Governo não tinha de gastar, ele tinha de gastar direito, por isso a necessidade de um planejamento e ela poderia prestar aquele serviço com um custo menor, ou melhorar a qualidade, e se não poderia reduzir o custo, iria melhorar a qualidade do atendimento, e era aquele trabalho que estava sendo feito, e que existia um problema cultural, mas existia um plano de Governo a ser cumprido, então, a questão de atendimento, disse que ela, por exemplo, foi muito bem atendida e ele estava dizendo a ela que ele não foi bem atendido, então, de repente, entrava aquela questão de que a Rita falou, o comprometimento de quem o atendeu, de quem a atendeu, ou de quem não atendeu, qual o comprometimento daquela pessoa, e se ele estava preocupado com o salário dele ou não, com o atendimento, a qualidade do serviço, e aquilo teria de ser feito um trabalho de conscientização dentro da Prefeitura mesmo, dentro com os servidores que iam fazer parte, cada um iria se sentir parte daquilo que estava fazendo, a pessoa tinha de se sentir parte daquilo, atualmente, não tinha mais lugar para amadorismo, para a pessoa que atendia de qualquer jeito, porque, atualmente, tinha uma rede social, então, se olhassem o atendimento atual de medicamentos, com oito dispensários, eles até atendiam mas, existia a questão da política assistencialista, que era o que estava sendo trabalhado, só que não se conseguia mudar de um dia para a noite, era todo um trabalho, inclusive de integração de Secretarias que já estava sendo feito, e a pessoa chegava lá e falava que não conseguia pegar nada, e como não? Disse que se ela pegou uma cesta básica aqui, pegou o leite lá, pegou o remédio, passou em consulta no hospital, então, o Cartão Cidadão era uma ferramenta para isso, e ele iria ser utilizado para isso; o Sr. Euclemes Cardoso disse que o Cartão Cidadão virava história em Jaguariúna, e que o Prefeito anterior contou as pessoas, o Gustavo entrou e contou as pessoas, e todo mundo contava como se fosses gado e ninguém resolvia o problema; a Sra. Cristina disse que tinha gente que vinha para Jaguariúna para se tratar; e o Sr. Euclemes disse que eles nem sabiam quantas pessoas de Jaguariúna recebiam Cartão Cidadão, ninguém sabia, e o Gustavo quando entrou da outra vez tirou cinco mil, o Tarcisio quando contou, tirou mais uns oito,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



daí ninguém sabia, não tinha uma organização na Secretaria, porque estava faltando organização, quem era quem em Jaguariúna? Disse que precisava fazer aquele apanhado; a Sra. Cristina Rossi Serra disse que era aquele trabalho que estava sendo feito, e a pergunta que cabia era se a pessoa era moradora ou só chegou para tratamento? E se iria fazer uma visita, perguntar havia quanto tempo a pessoa residia lá, então, respondia que estava na cidade havia três meses, fazendo um tratamento de saúde, e ele vinha para Jaguariúna utilizava um remédio, utilizava o hospital e tudo e voltava para a cidade dele; o Sr. Euclemes Cardoso disse que só para encerrar, ele já esteve em muitas sessões na Câmara e o pessoal falava do atendimento do servidor público em Jaguariúna, e ele discordava veemente que o servidor público, até mesmo porque era uma cidade pequena e todo mundo conhecia todo mundo, ele discordava que aquele atendimento fosse péssimo, e o que as pessoas não tinham era para onde ir, que foi o caso da mulher no dia anterior que chegou morrendo lá no Posto da Roseira, e o médico disse que precisava de tal coisa no Hospital e o cara falou, de cara, que só de lá a uns seis meses, então, ele perguntou a todos, o que o cara fazia, o quê que o cara iria fazer em uma situação daquela? a Sra. Cristina disse que eram questões específicas da Saúde; o Sr. Euclemes Cardoso disse que em Jaguariúna, as pessoas eram muito boas, e, sinceramente, ele tinha de defender aquela parte; a Sra Cristina Serra disse que ela também, mas sempre se sobressaía o que achava que não foi bem atendido, sempre tinha alguém que falava; o Sr. Euclemes Cardoso disse que o cara ia em um Serviço Social falando que queria uma cesta básica, e a resposta era que não tinha, daí ele reclamava que ela não tinha dado a cesta básica, e que era mais ou menos daquela forma; agradeceu a todos; a seguir, o Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Euclemes e disse que iria encerrar aquela audiência pública; agradeceu a presença de todos, dizendo que ele achava que o debate era importante, quando eles iam lá e apresentavam os números, falavam do serviço público, ele achava extremamente importante, e o que ele ficava triste era que ele não via muito interesse da população, às vezes para discutir e aquilo era de primordial importância, e talvez estivesse naquele linguajar falar de dados técnicos, as questões técnicas, às vezes aquilo também desanimava as pessoas, que diziam que iam lá, não entendiam nada mas, ele achava que tinham de incentivar a participação da população naquelas audiências, e no dia seguinte, por exemplo, teria a Audiência Pública da Saúde, e algumas questões que o Euclemes colocou lá, iria estar na Casa a Secretária de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde; na verdade era uma maneira que a sociedade encontrou de inserir vários setores para discutir questões importantes referentes à Saúde, então eles iriam estar lá para apresentar os números, apresentar o serviços, ele achava que era o momento também importante deles estarem presentes e acompanhar aquela discussão, tirar as dúvidas, inclusive uma dúvida que a nobre Vereadora Taís colocou lá e que não tinha aquela discussão, de não repasse daquela questão para a APAE, até porque o que a APAE representava, o serviço que ela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



acabava prestando para o Município, não tinha aquela discussão, e tinham de estar também participando, enfim, conseguir produzir um cidadão esclarecedor, que conversasse com a população e soubesse o que estava falando; agradeceu a todos, e desejou boa noite e se lembrou de perguntar se a Cristina queria colocar alguma coisa em mente lá, e ela disse que não e que ele poderia encerrar; o Sr. Presidente mais uma vez agradeceu a atenção de todos, dizendo que eles iriam continuar firmes no trabalho e encerrou aquela audiência pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente


Vereador Cristiano José Cecon
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 6 de junho de 2017

Ao Senhor
Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2017, acontecida no dia 25 de maio de 2017, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 791

Fia Nº 030

Livro Nº 035

13/06/17

Romilson

SECRETARIA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 13 de junho de 2017

Ofício n.º 338/2017.-PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2017**, realizada aos 25 de maio do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

